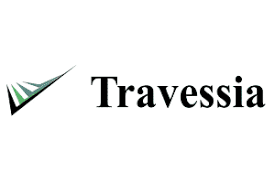
TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DA [•]ª ([•]) EMISSÃO, EM [•] SÉRIES, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A., LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELA [•].

*para emissão de*

Certificados de Recebíveis Imobiliários  
da [•]ª ([•]) emissão, em [•] séries, da

TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.  
CNPJ/MF Nº 26.609.050/0001-64



*como Emissora*

*celebrado com*

[•]

*como Agente Fiduciário*

Datado de [•] de [•] de 2025.

SUMÁRIO

[**1.** **DEFINIÇÕES** 4](#_Toc152948316)

[**2.** **APROVAÇÃO DA EMISSÃO** 4](#_Toc152948317)

[**3.** **OBJETO E CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS** 5](#_Toc152948318)

[**4.** **IDENTIFICAÇÃO DOS CRI E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO** 6](#_Toc152948319)

[**5.** **SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI** 12](#_Toc152948320)

[**6.** **REMUNERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** 17](#_Toc152948321)

[**7.** **VENCIMENTO ANTECIPADO AUTOMÁTICO E NÃO AUTOMÁTICO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E O RESGATE ANTECIPADO DOS CRI** 21](#_Toc152948322)

[**8.** **ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CRI** 29](#_Toc152948323)

[**9.** **OBRIGAÇÕES E DECLARAÇÕES DA EMISSORA** 32](#_Toc152948324)

[**10.** **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS, RESGATE ANTECIPADO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS POR ALTERAÇÃO DE TRIBUTOS, RESGATE ANTECIPADO TOTAL OBRIGATÓRIO DOS CRI E OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL OBRIGATÓRIO DOS CRI.** 37](#_Toc152948325)

[**11.** **REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO** 40](#_Toc152948326)

[**12.** **AGENTE FIDUCIÁRIO** 42](#_Toc152948327)

[**13.** **LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO** 48](#_Toc152948328)

[**14.** **DESPESAS DA EMISSÃO** 49](#_Toc152948329)

[**15.** **PUBLICIDADE** 57](#_Toc152948330)

[**16.** **REGISTROS E DECLARAÇÕES** 57](#_Toc152948331)

[**17.** **DISPOSIÇÕES GERAIS** 58](#_Toc152948332)

[**18.** **NOTIFICAÇÕES** 59](#_Toc152948333)

[**19.** **RESOLUÇÃO DE CONFLITOS** 60](#_Toc152948334)

[**20.** **ASSINATURA DIGITAL** 60](#_Toc152948335)

[ANEXO I — MODELO DECLARAÇÃO DE CUSTÓDIA 63](#_Toc152948336)

[ANEXO II — DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS ELEGÍVEIS 0](#_Toc152948338)

[ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DA COMPANHIA SECURITIZADORA 1](#_Toc152948339)

[ANEXO IV — TRATAMENTO TRIBUTÁRIO 3](#_Toc152948340)

[ANEXO V — PROPORÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS POR MEIO DA EMISSÃO A SER DESTINADA PARA CADA UM DOS IMÓVEIS ELEGÍVEIS E CRONOGRAMA INDICATIVO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOSO DA EMISSÃO 7](#_Toc152948341)

[ANEXO VI — CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS 10](#_Toc152948342)

[ANEXO VII – MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES 13](#_Toc152948343)

[ANEXO VIII - OUTRAS EMISSÕES DA EMISSORA QUE O AGENTE FIDUCIÁRIO ATUA NESTA DATA 14](#_Toc152948344)

[ANEXO IX – MODELO DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS 53](#_Toc152948345)

[ANEXO X — MODELO DE MANIFESTAÇÃO – ADESÃO À OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO DOS CRI 54](#_Toc152948346)

[ANEXO XI - FATORES DE RISCO 55](#_Toc152948347)

[ANEXO XII – DESPESAS 73](#_Toc152948348)

TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DA [•]ª ([•]) EMISSÃO, EM [•] SÉRIES, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A., LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELA [•].

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), na categoria “S1”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 26.609.050/0001-64 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“**JUCESP**”) sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35300498119, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Securitizadora**” ou “**Emissora**”); e
2. [•], instituição financeira devidamente autorizada a atuar como agente fiduciário de emissões de valores mobiliários nos termos da Resolução CVM 17 (conforme definido abaixo), com sede na cidade de [•], estado de [•], na Rua [•], nº [•], [complemento], [bairro], CEP [•], inscrita no CNPJ sob o nº [•] e com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE [•], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário nomeado nos termos do artigo 26 da Lei 14.430 e da Resolução CVM 17 (“**Agente Fiduciário**”, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados, quando em conjunto, como “**Partes**” e, individual e indistintamente, como “**Parte**”);
3. celebram o presente “*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em* [•] *Séries da* [•]*ª (*[•]*) Emissão da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela* [•]*.*” (“**Termo de Securitização**”), para vincular os direitos de crédito oriundos das da [•]ª ([•]) emissão de notas comerciais escriturais da [•]**.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de [•], Estado de [•], na Rua [•], nº [•],[•] andar, [complemento], Bairro [•], CEP [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], com seus atos constitutivos arquivados na JUCE[•] (“**Notas Comerciais**” e “**Devedora**”, respectivamente), com valor total de emissão de R$ [•] ([•]) na Data de Emissão (conforme definida abaixo), bem como todos e quaisquer outros encargos devidos por força do “*Termo de Emissão da [•]ª ([•])* *Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em* [•] *Séries, para Colocação Privada, da [•].*” (“**Termo de Emissão de Notas Comerciais**”), celebrado entre a Emitente e, na qualidade de avalistas, **[•],** brasileiro, [profissão], titular da cédula de identidade RG nº [•], inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (“**CPF/MF**”) sob nº  [•]e sua esposa, [•], brasileira, , [profissão], titular da cédula de identidade RG nº [•], inscrita no CPF/MF sob nº [•], casados sob o regime da comunhão [•] na vigência da Lei nº 6.515/77, ambos residentes e domiciliados na [•], nº [•], CEP [•], São Paulo/SP (“**Avalista 1**”), **[•],** brasileiro, [profissão], titular da cédula de identidade RG nº [•], inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (“**CPF/MF**”) sob nº  [•]e sua esposa, [•], brasileira, , [profissão], titular da cédula de identidade RG nº [•], inscrita no CPF/MF sob nº [•], casados sob o regime da comunhão [•] na vigência da Lei nº 6.515/77, ambos residentes e domiciliados na [•], nº [•], CEP [•], São Paulo/SP (“**Avalista 2”** e, em conjunto com o Avalista 1, os “**Avalistas PF**”), a **[•]**, sociedade limitada, com sede na Cidade de [•], Estado de [•], na Avenida/Rua [•], nº [•], conjunto [•], Bairro [•], CEP [•], inscrita no CNPJ/MF sob o n° [•], com seus atos constitutivos arquivados na JUCE[•] (“[•]”) (“[•]” e o “**Avalistas PJ**” e, em conjunto com os Avalistas PF, os “**Avalistas**”), incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias, uma vez devidamente formalizadas e registradas, e demais encargos contratuais e legais previstos no Termo de Emissão de Notas Comerciais, são considerados imobiliários pela sua destinação (“**Créditos Imobiliários**”), para representar os Créditos Imobiliários, a Cedente, em [•] de [•] de 202[•], emitiu, [•] ([•]) cédulas de crédito imobiliário (“**CCI**”) nos termos do *“Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário, sem Garantia Real sob a Forma Escritural e Outras Avenças”* (“**Escritura de Emissão de CCI**”), celebrada entre a Devedora e a Instituição Custodiante (conforme abaixo definida), aos certificados de recebíveis imobiliários da [•]ª ([•]) Emissão, em [•] Séries, da Emissora (“**CRI**”), os quais serão distribuídos por meio de oferta pública, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada, da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021e das demais disposições legais aplicáveis e Cláusulas abaixo redigidas (“**Resolução CVM 160**”, “**Lei 14.430**”, “**Resolução CVM 60**”, “**Oferta**”, “**Operação de Securitização**”, e “**Emissão**”, respectivamente).
4. **DEFINIÇÕES**
   1. Para fins deste Instrumento, adotam-se as seguintes definições, sem prejuízo daquelas que forem estabelecidas no corpo do presente instrumento, observado o disposto adiante:

|  |  |
| --- | --- |
| “Afiliadas”: | É qualquer sociedade que seja controlada pela Devedora ou pelos Avalistas, ou seja controlada, direta ou indiretamente, pelo controlador da Devedora, seus sócios, ou pelos Avalistas. |
| “Agente Fiduciário”: | A [**•**]., devidamente qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização. |
| “Alienação Fiduciária de Imóveis”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.5 deste Termo de Securitização. |
| “Alienação Fiduciária de Quotas” ou “Alienação Fiduciária de Participações Societárias”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.2 deste Termo de Securitização. |
| “Amortização Extraordinária Compulsória das Notas Comerciais”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1.6. do Instrumento de Emissão. |
| “Amortização Extraordinária Facultativa das Notas Comerciais” e “Resgate Antecipado Facultativo das Notas Comerciais”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1.7. do Instrumento de Emissão. |
| “Amortização Extraordinária Compulsória”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.3.2.1. deste Termo de Securitização. |
| “Amortização Programada”: | Tem o significado que lhe é atribuído na no item “k” da Cláusula 4.1. deste Termo de Securitização. |
| “ANBIMA”: | A **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS – ANBIMA**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, bloco II, conjunto 704, Botafogo, CEP 22.250-042, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.271.171/0001-77. |
| “Assembleia(s) Especial(ais) de Investidores” ou “Assembleia(s) Especial(ais) de Titulares dos CRI”: | Qualquer assembleia geral dos Titulares dos CRI. |
| “Atualização Monetária”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.7 deste instrumento. |
| “Auditor Independente”: | Significa a **BAKER TILLY 4PARTNERS AUDITORES INDEPENDENTES S.A.**, sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº 20.072.874/0001-61, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Castilho, nº 392, 4º andar, Brooklin, CEP 04568-010, o qual será responsável por auditar as -demonstrações financeiras do Patrimônio Separado, na forma prevista na Resolução CVM 60 e na Resolução CVM 80. |
| “Aval”: | A garantia fidejussória prestada pelos Avalistas, nos termos da Cláusula 10.1 do Instrumento de Emissão. |
| “Avalistas”: | [**•**] |
| “B3”: | A **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – BALCÃO B3**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços de depositária central e liquidação financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, Centro, CEP 01.010-901, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.346.601/0001-25. |
| “Boletim de Subscrição”: | Cada boletim de subscrição dos CRI, cujo modelo integra o Anexo XIII deste Termo de Securitização. |
| “Cascata de Pagamentos” e “Ordem de Alocação de Recursos”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 11.1.4. |
| “CCI”: | As cédulas de crédito imobiliário integrais, sem garantia real e sob a forma escritural, emitidas pela Securitizadora, nos termos da Escritura de Emissão de CCI, para representar a integralidade dos Créditos Imobiliários. |
| “Cessão Fiduciária de Recebíveis”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.2. deste instrumento. |
| “CMN”: | O Conselho Monetário Nacional. |
| “Código Anbima”: | Significa, em conjunto, o "Código de Ofertas Públicas” e as “Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas”, ambos expedidos pela ANBIMA, em vigor desde 01 de fevereiro de 2024. |
| “Código Civil”: | A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada. |
| “Código de Processo Civil”: | A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada. |
| “COFINS”: | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. |
| “Condições Precedentes”: | Tem o significado que lhe é atribuído no **Anexo IV**. |
| “Conta do Patrimônio Separado”: | A conta corrente de titularidade da Securitizadora de nº [**•**], mantida na agência nº 8499 do Banco Itaú Unibanco S.A (341). |
| “Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis”: | O “[**•**]” |
| “Contrato de Alienação Fiduciária de Participações Societárias”: | O “[**•**]” |
| “Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis”: | O “[**•**]”. |
| “Contrato(s) de Venda e Compra”: | São os futuros contratos/promessas de compra e venda, escrituras de transferência, contratos de financiamento com instituição financeira de primeira linha e/ou instrumento competente utilizados para a futura venda ou promessa de venda das Unidades. |
| “Contrato de Distribuição”: | O “[**•**]” celebrado entre a Securitizadora, na qualidade de Securitizadora e Coordenador Líder e a Devedora. |
| “Controlada”: | Qualquer sociedade cujo Controle é detido por uma pessoa física ou jurídica. |
| “Controlador”: | Qualquer pessoa física ou jurídica que detenha o Controle de determinada sociedade. |
| “Controle”: | O controle societário de uma sociedade, de acordo com a definição de “controle” estipulada pelo artigo 116 da Lei nº 6.404/76. |
| “Coordenador Líder”: | A **[•]**, devidamente qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização. |
| “Créditos Imobiliários”: | Todos os direitos creditórios oriundos relacionados às Notas Comerciais, no valor, forma de pagamento e demais condições previstos no Instrumento de Emissão, bem como quaisquer outros direitos creditórios devidos pela Devedora, ou titulados pela Securitizadora, por força do Instrumento de Emissão, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como Remuneração, Encargos Moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, despesas, custas, honorários, Garantias e demais obrigações contratuais e legais previstas no Instrumento de Emissão. |
| “CRI em Circulação”: | Todos os CRI em circulação, excluídos aqueles que a Securitizadora, a Devedora ou Avalistas possuam em tesouraria e/ou aquelas que sejam de propriedade de:  Qualquer Controladora (direta e/ou indireta) da Securitizadora, da Devedora ou dos Avalistas;  Qualquer Controlada ou coligada (direta ou indireta) da Securitizadora, da Devedora ou dos Avalistas;  Diretores ou conselheiros da Securitizadora, da Devedora, dos Avalistas ou de qualquer respectiva Afiliada (bem como respectivos cônjuges); e  Funcionários (e respectivos cônjuges) da Securitizadora, da Devedora ou dos Avalistas. |
| “CRI”: | Os certificados de recebíveis imobiliários da [**•**]ª ([**•**]) emissão, em [**•**], da Securitizadora. |
| “Cronograma Indicativo”: | O cronograma físico e financeiro estipulado, de forma indicativa e não vinculante, no Anexo V do Instrumento de Emissão, que estabelece, entre outras informações, a previsão de despesas para aquisição e desenvolvimento do Empreendimento Alvo, de modo que será utilizado para determinar o valor a ser utilizado no desenvolvimento do Empreendimento Alvo e relativo a cada liberação de recursos a ser disponibilizada à Devedora. |
| “Cronograma de Pagamentos”: | O cronograma de pagamentos estipulado no Anexo VI ao presente instrumento, que estabelece as Datas de Pagamento nas quais ocorrerão os pagamentos das obrigações de Amortização Programada e da Remuneração. |
| “CSLL”: | A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. |
| “CVM”: | A Comissão de Valores Mobiliários. |
| “Data de Desembolso”: | Cada uma das datas em que ocorrer um desembolso de parte do Valor Total da Emissão. |
| “Data de Emissão”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1. deste Termo de Securitização. |
| “Data(s) de Integralização”: | Cada data em que ocorrer uma integralização dos CRI pelos subscritores da respectiva série. |
| “Data(s) de Pagamento”: | Cada uma das datas de pagamento de Amortização Programada ou da Remuneração, estipuladas no Cronograma de Pagamentos. |
| “Data de Vencimento”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1. deste Termo de Securitização. |
| “Despesas Extraordinárias”: | São quaisquer despesas eventualmente necessárias para manutenção da Operação, elencadas no Anexo VI deste Termo de Securitização. |
| “Despesas Iniciais”: | As despesas iniciais (flat) necessárias para realização da Operação, as quais são classificadas como “Despesas Iniciais” no Anexo XII deste Termo de Securitização. |
| “Despesas da Operação”: | São as Despesas Iniciais, as Despesas Recorrentes e as Despesas Extraordinárias, quando mencionadas em conjunto. |
| “Despesas Recorrentes”: | As despesas recorrentes necessárias para manutenção da Operação, as quais são classificadas como “Despesas Recorrentes” no Anexo VI deste Termo de Securitização. |
| “Destinação dos Recursos”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.5. deste Termo de Securitização. |
| “Devedora”: | A **[•].** |
| “Dia(s) Útil(eis)”: | (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer outro pagamento que não seja realizado por meio da B3, bem como com relação a outras obrigações previstas neste instrumento, qualquer dia no qual haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo. |
| “Documentos Comprobatórios”: | O Relatório Semestral de Destinação dos Recursos, acompanhado da escritura definitiva de compra e venda do Imóvel, conforme o caso, e do Relatório de Medição (conforme definido no Instrumento de Emissão) elaborado pelo técnico responsável pelo Imóvel e Empreendimento Alvo e do cronograma físico financeiro de avanço de obras do Empreendimento Alvo do respectivo semestre e demais documentos comprobatórios necessários para a comprovação do pagamento de despesas imobiliárias para fins da Destinação dos Recursos e seu acompanhamento pelo Agente Fiduciário. |
| “Documentos da Operação”: | Os documentos envolvidos na Operação, quais sejam: (i) o Instrumento de Emissão; (ii) a Escritura de Emissão de CCI; (iii) os Contratos de Cessão Fiduciária; (iv) o Contrato de Participações Societárias; (v) o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis; (vi) o Termo de Securitização; (vii) o Contrato de Distribuição; (viii) os Boletins de Subscrição das Notas Comerciais (conforme definido no Instrumento de Emissão de Notas Comerciais); (ix) os Boletins de Subscrição dos CRI; (x) o Anúncio de Início; (xi) o Anúncio de Encerramento; e (xii) o Sumário de Securitização; e (xiii) quaisquer aditamentos aos documentos acima mencionados. |
| “Emissão”: | A presente [**•**]ª ([**•**]) emissão em [**•**] séries, de CRI da Emissora, emitidos por meio deste Termo de Securitização. |
| “Empreendimento Alvo”: | O futuro empreendimento imobiliário residencial a ser desenvolvido no Imóvel, na modalidade de incorporação imobiliária nos termos da Lei nº 4.591/64. |
| “Encargos Moratórios”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.9.2.3. deste Termo de Securitização. |
| “Escritura de Emissão de CCI”: | O “[**•**]”, celebrado pela Securitizadora, na qualidade de emissora das CCI, e pela Instituição Custodiante, na qualidade de custodiante das CCI, para representar os Créditos Imobiliários. |
| “Escriturador das Notas Comerciais”: | A **[•]**., qualificada no preâmbulo deste instrumento. |
| “Escriturador dos CRI”: | O **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A**., instituição financeira,  com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida  Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-  132, inscrito no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 |
| “Evento(s) de Vencimento Antecipado”: | Cada um dos eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais elencados na Cláusula [**•**] do Instrumento de Emissão. |
| “Fundo de Despesas”: | O fundo de despesas da Operação, que conterá os recursos necessários para o pagamento das despesas e custos da Operação, e será formado por meio de retenção de parte dos recursos oriundos da integralização dos CRI, observadas as regras da Cláusula Oitava do Instrumento de Emissão. |
| “Fundo de Reserva”: | O fundo de reserva, que será destinado para fazer frente à eventuais encargos e amortizações eventualmente devidas e não pagas, bem como eventuais Despesas devidas e não pagas, observadas as regras da Cláusula Oitava do Instrumento de Emissão. |
| “Fundo de Obras”: | O fundo de obras, que conterá os recursos necessários para fazer frente aos custos das obras do Empreendimento Alvo, e será formado por meio de desconto do montante necessário dos recursos oriundos da integralização dos CRI, e por eventual sobejo do Fundo de Reserva, observadas as regras da Cláusula Oitava do Instrumento de Emissão. |
| “Fundos”: | O Fundo de Despesas, o Fundo de Reserva e o Fundo de Obras, quando mencionados em conjunto. |
| “Garantias”: | São, quando mencionadas em conjunto: (i) o Aval; (ii) a Cessão Fiduciária de Recebíveis I e a Cessão Fiduciária de Recebíveis II; (iii) a Alienação Fiduciária de Participações Societárias; (iv) a Alienação Fiduciária de Imóveis; (v) os Fundos; (vi) os Seguros; e (ix) qualquer outra garantia adicional eventualmente constituída para cumprimento das Obrigações Garantidas. |
| “Imóvel”: | O imóvel objeto matrícula nº [**•**] do [**•**]º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de [**•**], Estado e [**•**], conforme identificado no Anexo II deste Termo de Securitização. |
| “Instituição Custodiante”: | A [**•**]., qualificada no preâmbulo deste instrumento. |
| “Instrução Normativa nº 1.585”: | A Instrução Normativa da RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015. |
| “Investidor(es)” ou “Titular(es) dos CRI”: | Os investidores que vierem a subscrever ou adquirir os CRI. |
| “Investidores Profissionais”: | São aqueles definidos no artigo 11 da Resolução CVM 30:  Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;  Companhias seguradoras e sociedades de capitalização;  Entidades abertas e fechadas de previdência complementar;  Pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de “investidor profissional” mediante termo próprio, de acordo com o anexo A da Resolução CVM 30;  Fundos de investimento;  Clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM;  Assessores de investimento, administradores de carteira de valores mobiliários, analistas de valores mobiliários e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios;  Investidores não residentes; e  Fundos patrimoniais. |
| “Investidores Qualificados”: | São assim entendidos nos termos do artigo 12 da Resolução CVM 30:  Investidores Profissionais;  Pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o anexo B da Resolução CVM 30;  As pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de assessores de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e  Clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam Investidores Qualificados. |
| “Investimentos Permitidos”: | São, quando mencionados em conjunto: **(i)** Fundos de renda fixa de baixo risco com liquidez diária, inclusive aqueles geridos pela Emissora ou pertencentes ao seu grupo econômico; **(ii)** Certificados de Depósitos Bancários – CDBs/Compromissadas com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha (Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou Banco do Brasil S.A.); ou **(iii)** Títulos públicos federais. |
| “IOF”: | O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários. |
| “IPCA/IBGE”: | O Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. |
| “IRPJ”: | O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. |
| “ISS”: | O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. |
| “Legislação Anticorrupção”: | São, quando mencionados em conjunto:  Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;  Foreign Corrupt Practices Act of 1977.  Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;  Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;  Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;  Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;  Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;  Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976;  Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006;  O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Código Penal;  Portarias e instruções normativas expedidas pela Controladoria Geral da União; e  Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. |
| “Lei nº 4.591/64”: | A Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 6.404/76”: | A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 9.514/97”: | A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 10.931/04”: | A Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 13.874/19”: | A Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 14.195/21”: | A Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme posteriormente alterada. |
| “Lei nº 14.430/22”: | A [Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2014.430-2022?OpenDocument), conforme posteriormente alterada. |
| “Liberação”: | Cada liberação de recursos feita pela Securitizadora à Devedora, nos termos da Cláusula [**•**] do Instrumento de Emissão. |
| “Medida Provisória nº 2.200-2”: | A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. |
| “Notas Comerciais”: | As notas comerciais, da [**•**]ª ([**•**]) emissão, em [**•**] ([**•**]) séries, para colocação privada da Devedora, realizada com observância aos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.195/21, bem como em observância ao disposto no Instrumento de Emissão. |
| “Obrigações Garantidas”: | São, quando mencionadas em conjunto:  Todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora ou pelos Avalistas por força do Instrumento de Emissão e suas posteriores alterações e ainda as obrigações assumidas pela Devedora ou pelos Avalistas nos demais Documentos da Operação, o que inclui o pagamento de todos os Créditos Imobiliários, bem como de todas as despesas e custos com a eventual excussão das respectivas garantias incluindo, mas não se limitando a, penalidades, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extraordinárias, além de tributos, e ainda as Despesas da Operação;  Obrigações pecuniárias, presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas pela Securitizadora perante os Titulares dos CRI, sobretudo aqueles referentes ao pagamento de juros e amortização dos CRI de acordo com o disposto no Termo de Securitização; incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável;  Qualquer custo ou despesa incorrido pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário, relacionados à Operação, em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos;  Qualquer outro montante devido pela Devedora ou pelos Avalistas no âmbito dos Documentos da Operação;  Qualquer custo ou Despesa da Operação; e  Inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com os Créditos Imobiliários ou com as Garantias. |
| “Oferta”: | A oferta pública de distribuição, sujeita ao rito automático de registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, nos termos do artigo 27, inciso I, da Resolução CVM 160, do artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Resolução CVM 60 e das demais leis e regulamentações aplicáveis, da qual os CRI serão objeto. |
| “Ônus” e o verbo correlato “Onerar”: | Significa (i) qualquer garantia (real ou fidejussória), cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, indisponibilidade, arrendamento, vinculação de bens, direitos e opções, assunção de compromisso, concessão de privilégio, preferência ou prioridade, ou (ii) qualquer outro ônus, real ou não, gravame; ou (iii) qualquer um dos atos, contratos ou instrumentos acima, com o mesmo efeito ou efeitos semelhantes, se e quando realizados no âmbito de jurisdições internacionais ou com relação a ativos localizados no exterior. |
| “Operação”: | A presente operação estruturada, que envolve a emissão dos CRI e a captação de recursos de terceiros no mercado de capitais brasileiro, bem como todas as condições constantes deste instrumento e dos demais Documentos da Operação. |
| “Parte(s)”: | Cada signatário deste instrumento. |
| “Patrimônio Separado”: | O patrimônio separado dos CRI a ser constituído pela Securitizadora, por meio da instituição de Regime Fiduciário, nos termos do artigo 25 da Lei nº 14.430/22, o qual, de acordo com o disposto neste Termo de Securitização, não se confunde com o patrimônio comum da Securitizadora e se destina exclusivamente à liquidação dos CRI a que está afetado, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração, inclusive, mas não se limitando aos custos da Instituição Custodiante. Esse patrimônio separado será composto por: (i) Créditos Imobiliários; (ii) CCI; (iii) Garantias; (iv) Conta do Patrimônio Separado; (v) rendimentos líquidos auferidos com Investimentos Permitidos do Fundo de Despesas após a instituição do regime fiduciário; e (vi) quaisquer valores existentes na Conta do Patrimônio Separado. |
| “PIS”: | O Programa de Integração Social. |
| “Preço de Integralização”: | Os CRI serão integralizados pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização da respectiva série e nas demais Datas de Integralização das respectivas séries sendo que, caso sejam integralizados posteriormente, estes serão integralizados pelo Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração, calculados desde a primeira Data de Integralização da respectiva série (exclusive). |
| “Participações Societárias”: | As Quotas. |
| “Quotas”: | É a totalidade das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Devedora, detidas exclusivamente pelo [**•**]. |
| “Recebíveis”: | Os recebíveis futuros decorrentes dos Contratos de Venda e Compra, quando estes forem devidamente formalizados, o que incluirá os valores correspondentes à totalidade dos créditos relativos às parcelas oriundas dos Contratos de Venda e Compra exceto os impostos e contribuições relativos a receita, bem como comissão de corretagem, limitada a 6% (seis por cento), que constar discriminada no respectivo contato de compra e venda, e a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, seguros, garantias e demais encargos previstos nos Contratos de Venda e Compra. |
| “Regime Fiduciário”: | O regime fiduciário instituído pela Emissora sobre os Créditos Imobiliários, representados pelas CCI, bem como todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações inerentes aos Créditos Imobiliários, tais como multas, juros, penalidades, indenizações e demais acessórios eventualmente devidos, originados dos Créditos Imobiliários decorrentes das Notas Comerciais e da Conta do Patrimônio Separado, nos termos da Lei nº 14.430/22, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI. |
| “Regras e Procedimentos ANBIMA de Ofertas Públicas”: | Significam as “Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas”, publicadas pela ANBIMA e em vigor desde 01 de fevereiro de 2024. |
| “Relatório Semestral de Destinação dos Recursos”: | O relatório semestral a ser apresentado pela Devedora ao Agente Fiduciário, com cópia para a Securitizadora, na forma do Anexo IV deste Termo de Securitização, para fins de comprovação da Destinação dos Recursos. |
| “Remuneração” ou “Juros Remuneratórios”: | Tem o significado que lhe é conferido na Cláusula III do Termo de Emissão. |
| “Representantes”: | Os sócios, acionistas, quotistas, conselheiros, diretores, procuradores, funcionários e quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviços da Devedora, e das sociedades integrantes do grupo econômico da Devedora. |
| “Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais”: | O resgate antecipado compulsório das Notas Comerciais (i) em razão da decretação do vencimento antecipado das Notas Comerciais em razão da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da Cláusula 6.3. do presente instrumento. |
| “Resgate Antecipado dos CRI”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.1.1. deste Termo de Securitização. |
| “Resolução CMN 4.373”: | A Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014. |
| “Resolução CVM 17”: | A Resolução da CVM nº 17, de 09 de fevereiro de 2021. |
| “Resolução CVM 30”: | A Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. |
| “Resolução CVM 60”: | A Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021. |
| “Resolução CVM 160”: | A Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022. |
| “RFB”: | A Receita Federal do Brasil. |
| “Securitizadora” ou “Emissora”: | A **TRAVESIA SECURITIZADORA S.A.**, devidamente qualificada no preâmbulo deste Termo de Securitização. |
| “Sumário de Securitização”: | Documento que contém informações sobre a Oferta e os CRI, nos termos do artigo 9º do Anexo Complementar VI das Regras e Procedimentos de Ofertas Públicas, referentes ao Código ANBIMA. |
| “Instrumento de Emissão”: | O “Instrumento Particular de [**•**]ª ([**•**]) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em [**•**] Séries, para Colocação Privada [**•**]” celebrado pela Devedora, na qualidade de emitente das Notas Comerciais, a Securitizadora, na qualidade de credora, os Avalistas, como garantidores, tendo por objeto a emissão das Notas Comerciais. |
| “Termo de Securitização”: | O presente instrumento. |
| “Unidades”: | São as frações ideais do Imóvel que corresponderão às futuras unidades autônomas do Empreendimento Alvo. |
| “Valor Inicial do Fundo de Despesas”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.3.1. deste Termo de Securitização. |
| “Valor Mínimo do Fundo de Despesas”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.3.1. deste Termo de Securitização. |
| “Valor Mínimo do Fundo de Reserva”: | Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.3.3. deste Termo de Securitização. |
| “Valor Nominal Unitário”: | Tem o significado que lhe é conferido na Cláusula 4.1. deste Termo de Securitização. |
| “Valor Total da Emissão”: | Tem o significado que lhe é conferido na Cláusula 4.1. deste Termo de Securitização. |

1. **APROVAÇÃO DA EMISSÃO**
   1. Aprovação Societária da Emissora: A Emissão dos CRI foi aprovada de forma genérica pela diretoria da Emissora, nos termos de seu estatuto social da Emissora e da legislação aplicável, conforme a Ata de Reunião de Diretoria realizada em 29 de abril de 2025, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 08 de maio de 2025, sob nº 163.399/25-6, por meio da qual foi autorizado o limite global de emissões de Certificados de Recebíveis, Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (em conjunto, os “Certificados”) no montante total de R$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), sendo que os Certificados poderiam ser emitidos em uma ou mais emissões, divididos em uma ou mais séries, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo admitida distribuição parcial. Nesse contexto, a Emissora declara que até a presente data todas as emissões de Certificados realizadas pela Emissora, considerando inclusive os CRI objeto desta Emissão dos CRI, não atingiram o limite global supra referido **(“Aprovação Societária da Emissora”)**
   2. Aprovação Societária da Devedora: A celebração **(i)** do Termo de Emissão de Notas Comerciais; **(ii)** a outorga da alienação fiduciária da totalidade das quotas de titularidade da Devedora na **[•].**, sociedade empresária de responsabilidade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o n° [•], com sede na [•], n° [•], [•]° andar, [•], Bairro [•], na Cidade de [•] e Estado de [•], CEP [•], com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCE[•] (“**SPE**”), conforme definido no “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças”*, celebrado nesta data entre a Devedora e a Securitizadora, com a interveniência e anuência da SPE (“**Alienação Fiduciária de Quotas**” e “**Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas**”, respectivamente); e **(iii)** a outorga da cessão fiduciária de recebíveis definidos no “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças”*, celebrado nesta data entre a Devedora e a Emissora (“**Cessão Fiduciária de Recebíveis**” e “**Contrato de Cessão Fiduciária**”, respectivamente), bem como a sua vinculação à Operação de Securitização, foram outorgadas com base nas deliberações tomadas pela reunião de sócios da Devedora realizada em [•] de [•] de 202[•] (“**ARS da Devedora**” ou “**Aprovação Societária da Devedora**”).

Aprovação da Alienação Fiduciária de Quotas: A aprovação da outorga da alienação fiduciária de imóvel, nos termos do “*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças”,* celebrado nesta data entre a SPE, a Securitizadora e a Devedora, em [•] de [•] de 202[•] (“**Alienação Fiduciária de Imóvel**” e “**Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel”** respectivamente,e, quando em conjunto com o Aval, com a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária de Quotas, “**Garantias**”, e quando em conjunto o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e o Contrato de Cessão Fiduciária, doravante denominados “**Contratos de Garantia**”), bem como a sua vinculação à Operação de Securitização, foram outorgadas com base nas deliberações tomadas pela reunião da diretoria da SPE, realizada em [•] de [•] de 202[•] (“**ARS da Devedora**” ou “**Aprovação Societária da Devedora**”).

* 1. **Registro da Cessão Fiduciária**
     1. Em função da Cessão Fiduciária de Recebíveis, o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emitente, às suas expensas, no cartório de registro de títulos e documentos competente (“**Cartórios de** **RTD Competentes**”), na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“**Lei 6.015**”) observados os prazos e procedimentos a serem previstos no respectivo instrumento.
  2. **Registro da Alienação Fiduciária de Quotas**
     1. Em função da Alienação Fiduciária de Quotas, o Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emitente, às suas expensas, nos Cartórios de RTD Competentes, na forma prevista na legislação aplicável, observados os prazos e procedimentos a serem previstos no respectivo instrumento.
  3. **Registro da Alienação Fiduciária de Imóvel**
     1. Em função da Alienação Fiduciária de Imóveis, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emitente, às suas expensas, nos cartórios de registro geral de imóveis (“**Cartórios de RGI Competentes**”), na forma prevista na legislação aplicável, observados os prazos e procedimentos a serem previstos no respectivo instrumento.

1. **OBJETO E CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS**
   1. Vinculação: A Emissora realiza, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a vinculação das Notas Comerciais, representativas dos Créditos Imobiliários, aos CRI de sua [**•**]ª ([**•**]) Emissão, em [**•**] Séries, conforme as características descritas na Cláusula 4.1 abaixo.
      1. A aquisição dos Créditos Imobiliários representados pelas Notas Comerciais compreende o direito de recebimento da totalidade dos Créditos Imobiliários, compreendendo todos os direitos e prerrogativas previstos nos Contratos de Garantia e no Termo de Emissão de Notas Comerciais, incluindo, sem limitação, as competências de administração e cobrança dos Créditos Imobiliários.
   2. A Emissora declara que, pelo presente Termo de Securitização, foram vinculados Créditos Imobiliários, de sua titularidade, com saldo devedor total de R$ [**•**] ([**•**]), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).
      1. Os Créditos Imobiliários vinculados ao presente Termo de Securitização encontram-se representados pelas CCI, emitidas pela Emissora sob a forma escritural, na forma da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“**Lei 10.931**”).

A Escritura de Emissão de CCI encontra-se custodiada junto a [•], instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua [•], nº [•], [•]º andar, [•], Bairro [•], CEP [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•]. (“**Instituição Custodiante**”) e registrada na B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – BALCÃO B3 (“**B3**”), nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 18 da Lei 10.931.

* 1. A titularidade dos Créditos Imobiliários foi adquirida pela Emissora por meio da integralização das Notas Comerciais.
     1. A identificação completa dos empreendimentos imobiliários aos quais se vinculam os Créditos Imobiliários encontra-se no Anexo VI ao presente Termo de Securitização.
     2. A Emissora irá realizar o desembolso dos Créditos Imobiliários na forma e condições previstas nos Contratos de Garantia e do Termo de Emissão de Notas Comerciais, inclusive ao cumprimento das condições precedentes previstas no Termo de Emissão de Notas Comerciais, devendo os pagamentos serem realizados conforme a integralização dos CRI pelos Titulares de CRI.
     3. A Notas Comerciais serão emitidas sob a forma exclusivamente escritural, nos termos do artigo 45 da Lei 14.195.
     4. As Notas Comerciais serão objeto de atualização monetária, nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais.
  2. Classificação ANBIMA: conforme definido no Código ANBIMA para Ofertas Públicas (“**Código de Ofertas**”), os CRI são classificados como:

1. Categoria: [•];
2. Concentração: Concentrados, uma vez que os CRI possuem mais de 20% (vinte por cento) dos Créditos Imobiliários devidos pela Devedora;
3. Segmento: [•]; e
4. Tipo de contrato com lastro: “C”, uma vez que os CRI são lastreados nos Créditos Imobiliários, os quais são valores mobiliários representativos de dívida. Esta classificação foi realizada no momento inicial da Oferta, estando as características deste papel sujeitas a alterações.
5. Coobrigação da Emissora: Não há;
   1. Cobrança dos Créditos Imobiliários: A cobrança ordinária dos Créditos Imobiliários será realizada diretamente pela Securitizadora.
   2. Oferta: Os CRI da presente Emissão serão objeto de oferta pública, observadas as restrições da legislação e regulamentação em vigor, principalmente aquelas constantes da Resolução CVM 160.
6. **IDENTIFICAÇÃO DOS CRI E FORMA DE DISTRIBUIÇÃO**
   1. Características dos CRI: Os CRI da presente Emissão, cujo lastro se constitui pelos Créditos Imobiliários e representados pelas Notas Comerciais, possuem as seguintes características:
7. Emissão: [•]ª ([•]);
8. Séries: A presente Emissão será realizada em [•] séries;
9. Quantidade de CRI: [•] ([•]) CRI, sendo [•] ([•]) CRI da primeira série (“**CRI da Primeira Série**”) e [•] ([•]) CRI da segunda série (“**CRI da Segunda Série**” e, quando em conjunto com os CRI da Primeira Série, os “**CRI**”);
10. Valor Total dos CRI: R$ [•] ([•]), na Data de Emissão (“**Valor Total da Emissão**”);
11. Valor Nominal Unitário: R$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”);
12. Preço e Forma de Integralização: Os CRI serão integralizados na primeira das datas de integralização dos CRI que ocorrerão durante todo o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação do Anúncio de Início (conforme abaixo definido), devendo no seu encerramento a Emissora realizar a comunicação de encerramento nos termos da legislação vigente (“**Prazo de Colocação dos CRI**”), nos termos da Resolução CVM 160, observados os eventos que ensejam o encerramento da Oferta (cada uma, “**Data de Integralização**” e “**Primeira Data de Integralização**”, respectivamente) pelo Valor Nominal Unitário dos CRI e, nas demais Datas de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário dos CRI, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização até a sua efetiva integralização. O Preço de Integralização será pago à vista, no ato da subscrição, na Data de Integralização dos CRI, em moeda corrente nacional. A subscrição e a integralização dos CRI serão realizados por intermédio dos procedimentos estabelecidos pela B3. O Preço de Integralização poderá contar com ágio ou deságio na respectiva Data da Integralização, desde que ofertados em igualdade de condições aos investidores em cada Data de Integralização a exclusivo critério da Emissora ("**Preço de Forma de Integralização**");
13. Atualização Monetária dos CRI: Os Créditos Imobiliários serão atualizados monetariamente pela variação acumulada positiva [•] (“[•]”), apurado e divulgado pelo [•] (“[•]”);
14. Prazo e Data de Vencimento dos CRI: Os CRI terão prazo de [•] ([•]) dias corridos contadas da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em [•] de [•] de 20[•].
15. Remuneração dos CRI da Primeira Série: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI da Primeira Série, conforme aplicável, incidirão juros equivalentes a [•]% ([•]) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e pagos de acordo com o cronograma de pagamentos constante no Anexo VII ao presente Termo de Securitização (“**Remuneração dos CRI da Primeira Série**”), de acordo com a fórmula constante na Cláusula 6.2 deste Termo de Securitização. Na hipótese em que a data prevista para o pagamento seja um sábado, domingo ou feriado nacional declarado na República Federativa do Brasil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente posterior;
16. Remuneração dos CRI da Segunda Série: Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado dos CRI ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI da Segunda Série, conforme aplicável, incidirão juros equivalentes a [•]% ([•]) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e pagos de acordo com o cronograma de pagamentos constante no Anexo VII ao presente Termo de Securitização (“**Remuneração dos CRI da Segunda Série**” e, em conjunto com a Remuneração dos CRI da Primeira Série, a “**Remuneração**”), de acordo com a fórmula constante na Cláusula 6.3 deste Termo de Securitização. Na hipótese em que a data prevista para o pagamento seja um sábado, domingo ou feriado nacional declarado na República Federativa do Brasil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente posterior;
17. Periodicidade de pagamento de Amortização dos CRI: O Valor Nominal Unitário dos CRI ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI das respectivas séries será amortizado conforme as datas previstas no Anexo VII ao presente Termo de Securitização, e as demais serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização dos CRI e, a última, na Data de Vencimento dos CRI, nos termos do Anexo VII ao presente Termo de Securitização (“**Amortização Programada dos CRI**”). Na hipótese em que a data prevista para o pagamento seja um sábado, domingo ou o feriado nacional declarado na República Federativa do Brasil, o pagamento deverá ser realizado no Dia Útil imediatamente posterior.
18. Periodicidade de pagamento da Remuneração dos CRI: A Remuneração dos CRI das respectivas séries será paga mensalmente, a partir da Primeira Data de Integralização da respectiva séries, conforme as datas previstas no Anexo VII ao presente Termo de Securitização, com pagamento a título de prêmio de juros extraordinários, conforme destacado da Cláusula 14.4., 2 (dois) Dias Úteis após a primeira liquidação financeira dos CRI, e os demais pagamentos devidos nas Datas de Pagamento da Remuneração das respectivas séries, conforme previsto no fluxograma de pagamentos dos CRI constante do Anexo VI ao presente Termo de Securitização, bem como na data de vencimento antecipado (“**Datas de Pagamento da Remuneração dos CRI**”);
19. Regime Fiduciário: Conforme previsto na Cláusula 11 abaixo, será instituído o Regime Fiduciário, nos termos do artigo 26 da Lei 14.430;
20. Garantia Flutuante: Não;
21. Garantias: Além das garantias constituídas no âmbito do lastro, também será constituído, no âmbito deste Termo de Securitização:(i) Alienação Fiduciária de Ativos Quotas; (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (iv) o Fundo de Despesas (conforme definido abaixo); (v) o Fundo de Obras (conforme definido abaixo); e (vi) o Fundo de Reserva (conforme definido abaixo).
22. Ambiente de Depósito Eletrônico, Custódia Eletrônica, Distribuição, Negociação e Liquidação Financeira: B3, observada a Cláusula 3 deste Termo de Securitização;
23. Data de Emissão: [•] de [•] de 202[•] (“**Data de Emissão**”);
24. Local de Emissão: Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
25. Forma: Os CRI serão emitidos na forma nominativa e escritural;
26. Classificação de Risco: Os CRI desta Emissão não estarão sujeitos à classificação de risco atribuída por Agência de Classificação de Risco;
27. Possibilidade de Resgate Antecipado dos CRI ou Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI: É possível a ocorrência de Resgate Antecipado dos CRI ou de Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; e
28. Forma de Comprovação de Titularidade: Serão reconhecidos como comprovantes de titularidade dos CRI: **(i)** o extrato de posição de ativos expedido pela B3, quando os CRI estiverem custodiados eletronicamente na B3; ou **(ii)** o extrato emitido pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob nº 61.194.353/0001-64 (“**Escriturador**”), a partir de informações prestadas pela B3, quando os CRI estiverem custodiados eletronicamente na B3.
    1. Regime de Colocação e Plano de Distribuição dos CRI:
       1. Regime de Colocação. Os CRI serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro, nos termos do artigo 26, VIII, alínea “c”, item “3”, e do artigo 27, da Resolução CVM 160, e observada a dispensa concedida pela Superintendência de Securitização e Agronegócio (SSE), nos termos do parágrafo único, artigo 4º do Anexo Normativo I da Resolução CVM 60, destinada aos Investidores, com a intermediação do Coordenador Líder da Oferta, sob o regime de melhores esforços de colocação, observados os termos e condições descritos no Contrato de Distribuição.
       2. Plano de Distribuição. O plano de distribuição pública dos CRI seguirá o procedimento descrito no artigo 49 da Resolução CVM 160 (“**Plano de Distribuição**”) e será fixado nos seguintes termos:
29. a Oferta terá como público-alvo, exclusivamente, Investidores Profissionais, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais acessados pelo Coordenador Líder, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição dos CRI por qualquer número de Investidores Profissionais;
30. serão divulgados (1) Anúncio de Início; e (2) Anúncio de Encerramento; nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, na página da rede mundial de computadores: (a) da Emissora; (b) da B3; (c) da CVM e (d) do Coordenador Líder;
31. nos termos da Resolução CVM 160, a distribuição dos CRI junto aos Investidores Profissionais para a efetiva liquidação somente poderá ter início, após cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos: (a) cumprimento da totalidade das Condições Precedentes; (b) obtenção do registro da Oferta Pública na CVM; e (c) divulgação do Anúncio de Início, realizada nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160;
32. a subscrição dos CRI pelos Investidores Profissionais, por meio dos Boletins de Subscrição dos CRI, deverá ser realizada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 48 da Resolução CVM 160 ("**Período de Distribuição**”);
33. após encerramento do prazo estipulado para a Oferta ou a distribuição da totalidade dos CRI, será divulgado o resultado da Oferta por meio do Anúncio de Encerramento, o qual será divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 na página da rede mundial de computadores: (a) da Emissora; (b) da B3; (c) da CVM; e (d) do Coordenador Líder;
34. não será concedido qualquer tipo de desconto pela Emissora aos Investidores interessados em subscrever os CRI no âmbito da Oferta, observada a possibilidade de ágio e deságio;
35. não existirá fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta, independentemente da ordem cronológica; e
    * 1. a colocação dos CRI será realizada de acordo com os procedimentos da B3 e com o Plano de Distribuição.
      2. A distribuição dos CRI junto aos Investidores Profissionais para a efetiva liquidação somente poderá ter início, após cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
36. cumprimento da totalidade das Condições Precedentes (conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais);
37. obtenção do registro da Oferta na CVM; e
38. divulgação do Anúncio de Início, realizada nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160.
    * + 1. Após encerramento do prazo estipulado para a Oferta ou a distribuição da totalidade dos CRI, será divulgado o resultado da Oferta por meio do *“Anúncio de Encerramento da Oferta Distribuição Pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários, da* [•]*ª (*[•]*) Emissão da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela* [•] (“**Anúncio de Encerramento**”), o qual será divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160 na página da rede mundial de computadores: (a) da Emissora; (b) da B3; e (c) da CVM.
      1. Não será admitida a distribuição parcial dos CRI.
      2. Registro na CVM e Rito de Registro Automático de Distribuição. Nos termos do artigo 26, inciso VIII, alínea “a” da Resolução CVM 160, a Oferta Pública não se sujeita à análise prévia da CVM e seu registro será obtido automaticamente, desde que cumpridos os requisitos e procedimentos elencados no artigo 27 da Resolução CVM 160, por se tratar de oferta pública de distribuição de títulos de securitização emitidos por companhias securitizadoras registradas na CVM, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais.
      3. Em complemento aos requisitos e procedimentos elencados no artigo 27 da Resolução CVM 160, deverão ser divulgados, nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora, da B3 e da CVM, os seguintes documentos, dentre outros: (i) o Anúncio de Início, de forma a divulgar o início do Período de Distribuição dos CRI; e (ii) o Anúncio de Encerramento de forma a divulgar o resultado da Oferta e a distribuição da totalidade dos CRI. Adicionalmente, tendo em vista o público-alvo da Oferta composto exclusivamente por Investidores Profissionais e a não realização de procedimento de precificação (*bookbuilding*), fica dispensada a apresentação de lâmina da oferta, prospecto e aviso ao mercado no âmbito da Oferta a, conforme previsto na Resolução CVM 160, sendo certo que a CVM não realizou análise dos documentos da Oferta, nem de seus termos e condições.
      4. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica. Os CRI serão depositadas para (i) distribuição primária através do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação e custódia eletrônica no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente e os CRI custodiadas eletronicamente na B3.
      5. Os CRI poderão ser livremente negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais. Ainda, nos termos do § 2º, inciso II do artigo 43-A da Resolução CVM 60, os CRI somente poderão ser negociados nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Profissionais.
      6. Os CRI serão emitidos na forma nominativa e escritural. Para todos os fins de direito, a titularidade dos CRI será comprovada pelo extrato em nome dos investidores emitido pela B3, enquanto os CRI estiverem custodiados eletronicamente na B3. Adicionalmente, serão admitidos os extratos expedidos pelo Escriturador com base nas informações prestadas pela B3, enquanto os CRI estiverem depositados eletronicamente na B3.
39. **SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DOS CRI** 
    1. Subscrição e Integralização dos CRI: Os CRI serão subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, pela Securitizadora, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (“**Preço de Integralização**”), na primeira Data de Integralização dos CRI (“**Primeira Data de Integralização**”), ou, havendo subscrições e integralizações em mais de uma data, pelo Valor Nominal dos CRI, acrescido da Remuneração incidente *pro rata temporis* desde a respectiva data de integralização, ou desde a última Data de Pagamento, até a data da efetiva subscrição e integralização. Os CRI poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser concedido, se for o caso, no ato de subscrição e integralização dos CRI.  
       Os CRI serão integralizadas *pari passu* à integralização das Notas Comerciais, de acordo com os termos dos respectivos Boletins de Subscrição e mediante a celebração do Compromisso de Investimento com os investidores das Notas Comerciais, nos termos do Artigo 18, § 2º da Resolução CVM nº 60. Desta forma, os recursos subscritos serão integralizados conforme as chamadas de capital, seguindo os prazos e demais procedimentos estabelecidos no referido compromisso.
    2. Os Investidores integralizarão os CRI à vista, no ato da subscrição, ou mediante chamada de capital feita de acordo com prazos, processos decisórios e demais procedimentos estabelecidos no respectivo compromisso de investimento, nos termos do artigo 18º, § 2º da Resolução CVM 60, a partir da data de sua subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com o Preço de Integralização e os procedimentos da B3.
       1. A integralização será realizada via B3.
    3. Para a primeira integralização dos CRI, serão retidos e descontados do Preço de Integralização os valores correspondentes: **(a)** às Despesas Flat (conforme definido abaixo) conforme Anexo XIII ao presente Termo de Securitização; **(b)** a retenção descrita na Cláusula 14.4; **(c)** constituição do Fundo de Despesas no montante de R$ [•] ([•]) (“**Valor Inicial do Fundo de Despesas**”); **(d)** constituição do Fundo de Obras; e **(e)** a retenção de eventuais outras despesas conforme previstas no Termo de Emissão de Notas Comerciais.
    4. Para as demais integralizações dos CRI, serão retidos e descontados do Preço de Integralização os valores correspondentes: **(a)** ao Valor Inicial do Fundo de Despesas; **(b)** constituição do Fundo de Obras; e **(c)** a retenção de eventuais outras despesas conforme previstas no Termo de Emissão de Notas Comerciais.
    5. **Destinação de Recursos pela Devedora**
       1. Notas Comerciais: Os recursos líquidos obtidos por meio da presente Emissão, excluídos aqueles referentes às Despesas Iniciais (conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais), serão integralmente destinados pela Devedora e/ou por suas subsidiárias, integral e exclusivamente para a construção, aquisição e/ou reforma do imóvel elegível, localizado na cidade de [•], Estado de [•], registrado no [•]º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo (“**RGI**”) sob a matrícula nº [•], conformeespecificado no Anexo I ao Termo de Emissão de Notas Comerciais (“**Empreendimento Alvo**” ou “**Imóvel**” e “**Destinação Futura**” ou “**Destinação de Recursos**”), observada a forma de utilização e a proporção dos recursos captados a ser destinada para o Imóvel, conforme previsto no Anexo II ao Termo de Emissão de Notas Comerciais, e o cronograma indicativo da Destinação dos Recursos previsto para gastos futuros, conforme previsto no Anexo II ao Termo de Emissão de Notas Comerciais.
       2. Em atendimento ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.118, de 1º de fevereiro de 2024, conforme alterada (“Resolução CMN 5.118”), os recursos líquidos captados por meio desta Emissão não poderão ser direcionados pela Devedora em operações imobiliárias cuja contraparte seja parte relacionada à Devedora e/ou suas controladas, observado que a expressão “parte relacionada” aqui referida terá o significado a ela atribuído no respectivo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionado pela CVM. As Partes reconhecem que a obrigação descrita nesta cláusula deverá ser observada, salvo caso haja superveniência de decisão ou regramento emitido por autoridade competente que dispense esta exigência
       3. A Devedora se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão, exclusivamente conforme esta Cláusula 5.4.
       4. O cronograma mencionado na Cláusula 5.5.1 acima é meramente tentativo e estimativo, de modo que, caso, por qualquer motivo, ocorra qualquer atraso ou antecipação do cronograma indicativo não será necessário aditar o Termo de Emissão de Notas Comerciais.
       5. A inclusão de novos imóveis como Imóveis Elegíveis relacionados à Destinação Futura estará sujeita a Assembleia Especial de Titulares de CRI, será considerada aprovada se não houver objeção por orientação dos Titulares de CRI representando a maioria dos CRI em circulação e, em segunda convocação, com maioria dos CRI em circulação presentes a tal Assembleia Geral. Caso a referida Assembleia Geral de Titulares de CRI não seja instalada ou não haja deliberação por falta de quórum, a proposta da Emitente para inserção de novos imóveis à Destinação Futura será considerada aprovada.
       6. Este instrumento poderá ser objeto de aditamento, após aprovação em assembleia geral de Titulares dos CRI, para fins de atualização da parcela dos recursos de destinação semestral constantes no Anexo IIIao Termo de Emissão de Notas Comerciais.
       7. A Devedora declara que os Documentos de Destinação a serem apresentados ao Agente Fiduciário dos CRI para fins de comprovação da destinação de recursos, não foram e não serão utilizados para fins de comprovação de destinação de recursos de quaisquer outras emissões de certificados de recebíveis imobiliários.
       8. A Devedora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar os titulares dos CRI, a Securitizadora e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) que vierem a, comprovadamente, incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos da Nota Comercial de forma diversa da estabelecida nesta cláusula 5.4, exceto em caso de comprovada fraude, dolo ou má-fé dos titulares dos CRI, da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário. O valor da indenização prevista nesta cláusula está limitado, em qualquer circunstância ao Valor Principal, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento; e (ii) dos Encargos Moratórios, caso aplicável.
       9. A Devedora deverá, ainda, prestar contas à Securitizadora com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI sobre a Destinação Futura dos recursos obtidos com a Emissão semestralmente, no prazo de até 10 (dez) dias contados do término de cada período de 6 (seis) meses, a partir da Data de Emissão sendo até o último dia dos meses de julho e janeiro (“**Período de Verificação**”), até a data de vencimento final dos CRI, a ser definida no Termo de Securitização, ou até que se comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos, o que ocorrer primeiro, por meio do envio de relatório substancialmente na forma do Anexo III ao Termo de Emissão de Notas Comerciais (“**Relatório de Verificação**”), acompanhado dos Documentos Comprobatórios (conforme abaixo definido).
       10. Sem prejuízo do disposto acima, a Securitizadora ou o Agente Fiduciário dos CRI poderão, a qualquer tempo solicitar à Emitente quaisquer documentos (contratos, notas fiscais, faturas, recibos, dentre outros) e informações necessárias relacionadas ao cumprimento das obrigações relacionadas à Destinação dos Recursos, devendo tais documentos serem disponibilizados pela Emitente em até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário dos CRI, desde que com a devida justificativa (“**Documentos Comprobatórios**”).
       11. Adicionalmente, sempre que solicitado por escrito por qualquer autoridade fiscal, administrativa e/ou judicial ou qualquer órgão regulatório ou autorregulatório (“**Autoridade**”), para fins de atendimento as normas e exigências de órgãos reguladores e fiscalizadores, em até 10 (dez) Dias Úteis do recebimento da solicitação, ou em prazo menor ao mencionado na Cláusula 3.8.8 do Termo de Emissão de Notas Comerciais, se assim solicitado por qualquer Autoridade ou determinado por norma legal, a Devedora se obriga a enviar à Securitizadora ou ao Agente Fiduciário dos CRI documentos que, a critério das respectivas Autoridades ou órgãos reguladores, comprovem o emprego dos recursos oriundos das Notas Comerciais nas atividades indicadas na Cláusula 5.4.1 acima.
       12. Caberá à Devedora a verificação e análise da veracidade dos documentos encaminhados, atestando, inclusive, que estes não foram objeto de fraude ou adulteração, não cabendo ao Agente Fiduciário dos CRI e à Securitizadora a responsabilidade de verificar a sua suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras neles constantes, tais como notas fiscais, faturas e/ou comprovantes de pagamento e/ou demonstrativos contábeis da Devedora, ou ainda qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do mencionado no relatório mencionado acima.
       13. A Devedora será a responsável pela custódia e guarda dos documentos encaminhados da Destinação de Recursos que comprovem a utilização dos recursos obtidos pela Devedora em razão do recebimento do Preço de Integralização, nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais.
       14. O Agente Fiduciário dos CRI será responsável por verificar, com base exclusivamente no Relatório de Verificação e nos Documentos Comprobatórios, o cumprimento, pela Devedora, da efetiva Destinação Futura, obrigando-se, no âmbito deste Termo de Securitização, a envidar os melhores esforços para obter a documentação necessária para verificação da comprovação da Destinação de Recursos.
       15. A Devedora declara que as notas fiscais, comprovantes de pagamento, e demais documentos acima elencados não foram e nem serão utilizados para fins de comprovação de destinação de recursos de nenhum outro instrumento de dívida emitido pela Devedora e/ou empresas do grupo utilizado como lastro de operações de emissão de certificados de recebíveis imobiliários.
       16. A Devedora se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a indenizar a Securitizadora, os Titulares de CRI e o Agente Fiduciário dos CRI por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) que vierem a, comprovadamente, incorrer em decorrência da utilização dos recursos oriundos das Notas Comerciais de forma diversa da estabelecida nesta Cláusula 5.4.
       17. As obrigações referentes à comprovação e verificação da Destinação dos Recursos perdurará até o vencimento original dos CRI, independentemente da ocorrência do vencimento antecipado ou resgate antecipado das Notas Comerciais, ou até que seja comprovada a aplicação integral dos recursos oriundos da Emissão, nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais.
       18. Uma vez comprovada a aplicação integral dos recursos oriundos da Emissão, a Devedora ficará desobrigada com relação às comprovações de que trata esta Cláusula, assim como o Agente Fiduciário dos CRI ficará desobrigado com relação a verificação de que trata esta Cláusula 5.4.1 acima.
    6. **Destinação de Recursos pela Emissora.** 
       1. Os recursos obtidos com a subscrição e a integralização dos CRI serão utilizados pela Emissora para a Destinação de Recursos, observado que serão descontadas do Destinação de Recursos (i) as Despesas Flat (conforme Anexo VI do Termo de Emissão de Notas Comerciais); (ii) os recursos destinados à constituição do Fundo de Despesas; (iii) os recursos destinados à constituição do Fundo de Obras; (iv) os recursos destinados à constituição do Fundo de Reserva; e (v) o prêmio descrito na Cláusula 14.4 abaixo.
       2. **REMUNERAÇÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**
    7. Atualização Monetária dos CRI: O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI, conforme aplicável) dos CRI será mensalmente atualizado monetariamente pela variação positiva do [**•**], ou o índice que vier a substituí-lo, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos, a partir da primeira Data de Integralização dos CRI da respectiva série até a data de seu efetivo pagamento, sendo que o produto da atualização monetária dos CRI será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI, segundo a seguinte fórmula:

[**•**]

* 1. Remuneração dos CRI da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário dos CRI da Primeira Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a [**•**]% ([**•**]) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e pagos de acordo com o cronograma de pagamentos constante no Anexo VII ao presente Termo de Securitização, incidentes desde a primeira Data de Integralização dos CRI da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração dos CRI da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração dos CRI da Primeira Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

[**•**]

* 1. Remuneração dos CRI da Segunda Série: sobre o Valor Nominal Unitário dos CRI da Segunda Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a [**•**]% ([**•**]) ao ano, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, e pagos de acordo com o cronograma de pagamentos constante no Anexo VII ao presente Termo de Securitização, incidentes desde a primeira Data de Integralização dos CRI da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração dos CRI da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A Remuneração dos CRI da Segunda Série será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

[**•**]

* + - 1. O período de capitalização da Remuneração (“**Período de Capitalização**”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização dos CRI (inclusive) e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração dos CRI (exclusive) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração dos CRI imediatamente anterior (inclusive) e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração dos CRI subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento dos CRI.
      2. **Indisponibilidad**e**, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa DI.** Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Devedora, não houver divulgação da Taxa DI pela B3, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e a Devedora quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração dos CRI.
         1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI aos CRI por proibição legal ou judicial, a Securitizadora e/ou o Agente Fiduciário dos CRI, conforme o caso, deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados **(i)** do 11º (décimo primeiro) dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada ou **(ii)** do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, ou da sua extinção e/ou limitação, convocar Assembleia Especial de Titulares de CRI, no modo e prazos previstos no Termo de Securitização, para que os Titulares de CRI definam, em comum acordo com a Devedora e observada a legislação e regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração dos CRI a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Termo de Securitização, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade à Securitizadora quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Notas Comerciais e para o CRI.
         2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Especial de Titulares de CRI, ou seja, estabelecido um substituto legal para a Taxa DI, a referida Assembleia Especial de Titulares de CRI não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais) ou o seu substituto legal será utilizado para o cálculo da Remuneração Notas Comerciais, conforme aplicável.
         3. Na hipótese prevista na Cláusula 6.2.1.1.1 acima, caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser aplicado entre a Devedora e os Titulares de CRI, ou caso não haja quórum de deliberação e/ou quórum de instalação, em segunda convocação, a Devedora resgatará a totalidade das Notas Comerciais e, consequentemente, os CRI, com seu consequente cancelamento, na Data de Vencimento ou no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da referida Assembleia Especial de Titulares de CRI ou da data em que deveria ter sido realizada a Assembleia Especial de Titulares de CRI, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário dos CRI, conforme o caso, acrescido da Remuneração dos CRI calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento da Remuneração dos CRI imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), caso em que a taxa a ser utilizada para cálculo da Remuneração dos CRI será equivalente à última Taxa DI divulgada, não sendo devida qualquer compensação financeira, multa ou penalidade à Securitizadora quando do referido resgate.
    1. Pagamento da Remuneração dos CRI: A Remuneração dos CRI será paga, conforme previsto no fluxograma de pagamentos dos CRI constante do Anexo VII ao presente Termo de Securitização, sendo o primeiro pagamento devido conforme Anexo VII deste Termo de Securitização.
       1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pela Emissora até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso o vencimento coincida com um dia que não seja Dia Útil, sem que haja qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, respeitado o intervalo de pelo menos 2 (dois) Dias Úteis entre o recebimento dos Créditos Imobiliários pela Emissora e o pagamento de suas obrigações referentes aos CRI, não havendo qualquer acréscimo dos valores recebidos pela Emissora durante a prorrogação ora mencionada.
       2. Os pagamentos dos CRI ou outros necessários à viabilização da amortização e/ou Remuneração, sob Regime Fiduciário em Patrimônio Separado, conforme descrito neste Termo de Securitização, não contam com nenhuma espécie de garantia nem coobrigação da Emissora.
       3. Ocorrendo, comprovadamente por má fé ou culpa grave, impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia por ela recebida e que seja devida aos Investidores, os valores a serem repassados ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, sem prejuízo da Remuneração, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: **(i)** multa moratória, convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), sobre o valor em atraso; e **(ii)** juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ressalvado em decorrência de culpa de terceiros participantes com relação aos quais a Emissora não poderá ser responsabilizada (“**Encargos Moratórios**”).
       4. Os pagamentos dos CRI serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela B3, conforme o caso. Caso por qualquer razão, qualquer um dos CRI não esteja custodiado eletronicamente na B3, na data de seu pagamento, a Emissora deixará, em sua sede, o respectivo pagamento à disposição do respectivo Titular de CRI. Nesta hipótese, a partir da referida data de pagamento, não haverá qualquer tipo de acréscimo sobre o valor colocado à disposição do Titular de CRI na sede da Emissora.
       5. Caso a Devedora não cumpra quaisquer obrigações pecuniárias devidas por força do Termo de Emissão de Notas Comerciais, incluindo, sem limitação, o pagamento de amortização de principal e da Remuneração das Notas Comerciais, das despesas da Oferta e da Emissão ou, ainda, de vencimento antecipado, na forma do Termo de Emissão de Notas Comerciais, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão adotar todos as medidas judiciais cabíveis para a cobrança dos Créditos Imobiliários.
       6. Na hipótese de pagamento de parcela ou da totalidade dos Créditos Imobiliários devidos, a Emissora deverá ratear os recursos recebidos aos Titulares de CRI, na proporção de CRI detidos por cada Investidor.

1. **VENCIMENTO ANTECIPADO AUTOMÁTICO E NÃO AUTOMÁTICO DOS CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS E O RESGATE ANTECIPADO DOS CRI**
   1. Hipóteses de Vencimento Antecipado dos CRI: Sem prejuízo às hipóteses de liquidação do Patrimônio Separado constantes da Cláusula 13.1 deste Termo de Securitização, são considerados eventos de inadimplemento, podendo resultar no vencimento antecipado das Notas Comerciais e, consequentemente dos CRI, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 abaixo, o imediato pagamento, pela Devedora, do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a última Data de Pagamento até a data do efetivo pagamento, a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos descritos nas Cláusulas 7.1.1 e 7.1.2 abaixo (cada evento, um “**Evento de Inadimplemento**” e “**Evento de Vencimento Antecipado**”).
      1. Vencimento Antecipado Automático: Será considerado em evento de vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes deste Termo de Securitização, quais sejam:

[•]

* + 1. Vencimento Antecipado Não Automático: Será considerado em evento de vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes deste Termo de Securitização, quais sejam:

1. protesto de títulos contra a Devedora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor agregado devido e não pago seja igual ou superior a R$ [**•**] ([**•**]) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do protesto, a Devedora tenha comprovado (i) que tal protesto foi sustado e/ou cancelado; (ii) que tal protesto teve sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; (iii) que no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis tenha apresentado defesa a autoridade competente; (iv) que o título protestado tenha sido devidamente quitado; ou (v) que tal cobrança mostre-se indevida.
2. inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Devedora, no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, cujo valor agregado ou agregado seja igual ou superior à R$ [**•**] ([**•**]), ou o equivalente em outras moedas, exceto se sanado no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis ou observado eventual prazo de cura existente no contrato da respectiva dívida ou obrigação;
3. não cumprimento, pela Devedora, de qualquer decisão ou sentença judicial exequível de exigibilidade imediata, ou decisão arbitral e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória, contra a Devedora, cujo valor total agregado seja igual ou superior a R$ R$ [**•**] ([**•**]), ou o equivalente em outras moedas;
4. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias da Emitente, no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, desde que não sanada tal irregularidade no prazo de até 15 (quinze) dias a contar de sua respectiva identificação;
5. descumprimento pela Devedora de qualquer obrigação não pecuniária assumida no Termo de Securitização e/ou em outros Documentos da Operação, não sanada no prazo de cura específico ou no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data do recebimento pela Devedora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pela Titular dos CRI, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI ou da data em que a Devedora tenha tomado ciência do referido descumprimento, o que ocorrer primeiro;
6. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Devedora, de qualquer de suas obrigações nos termos deste Termo de Securitização e/ou dos Contratos de Garantia;
7. com relação a qualquer dos direitos dados em garantia, nos termos dos Contratos de Garantia, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, exceto se em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, desde que haja a comunicação à Securitizadora com, ao menos, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência;
8. distribuição e/ou pagamento, pela Devedora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Devedora, direto ou indiretamente, o que inclui o pagamento de aluguéis por empresas do grupo para os acionistas ou empresas dos acionistas, caso a Devedora esteja em mora e/ou em descumprimento com quaisquer das obrigações pecuniárias assumidas no âmbito da Emissão;
9. realização de redução de capital social da Devedora, após a data de assinatura deste Termo de Securitização, sem que haja a prévia e expressa anuência dos Titulares dos CRI, exceto a redução de capital para absorção de prejuízos, nos termos do parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
10. caso ocorra (i) a dissolução, extinção ou a liquidação da Devedora, sendo permitida a reorganização societária de controladas, conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (“**Controladas**”), desde de que tal reorganização, não gere impacto econômico relevante à Devedora; (ii) a decretação de falência da Devedora; (iii) o pedido de autofalência, por parte da Devedora; (iv) a apresentação de pedido, por parte da Devedora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (v) o ingresso pela Devedora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vi) a declaração de insolvência da Devedora ou incluindo acordo com credores (*standstill*), nos termos da legislação aplicável;
11. incorporação (inclusive, incorporação de quotas), fusão ou cisão da Devedora, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: **(i)** tal alteração societária for aprovada previamente pelo Titular dos CRI, conforme deliberado em Assembleia Especial de Titulares dos CRI representando 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação ou pela maioria simples dos presentes em segunda convocação; ou **(ii)** por reorganizações societárias realizadas pela Devedora, desde que a empresa objeto de uma das operações societárias permaneça sob o controle direto ou indireto da Devedora;
12. caso a atividade principal da Devedora deixe de ser a que consta de seu Contrato Social na Data de Emissão;
13. não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão das licenças ambientais essenciais ao exercício das atividades da Devedora, conforme exigidas pela legislação e regulamentação aplicáveis às suas atividades, exceto pelas licenças cuja não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, cassação ou suspensão ou que estejam em processo de renovação ou àquelas que encontram-se em discussão na esfera judicial e/ou administrativa cuja aplicabilidade ou exigibilidade esteja suspensa e desde que não gere um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
14. existência de sentença judicial, de natureza condenatória, contra a Devedora por crimes contra o meio ambiente, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo ou proveito criminoso da prostituição; excetuadas as situações que estejam sendo discutidas na esfera judicial ou administrativa de boa-fé pela Devedora, com exigibilidade suspensa e que não gerem um Efeito Adverso Relevante, ou em relação às quais tenha sido feito acordos para pôr fim às discussões e que não gerem um Efeito Adverso Relevante;
15. a inobservância, pela Devedora, das leis trabalhistas e ambientais em vigor relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, e desde que constatada sentença judicial transitada em julgado, bem como se a Devedora incentivar, de qualquer forma, a prostituição ou utilizarem em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo, ou, caso caracterizem assédio moral ou sexual;
16. decisão judicial transitada em julgado, oriunda de questionamento interposto por qualquer terceiro que não a Devedora, a Securitizadora, dos Documentos da Operação, que tenha decisão favorável ao demandante;
17. pedido de falência formulado por terceiros contra a Devedora, desde que tal pedido não seja elidido e/ou contestado no prazo legal;
18. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emitente neste Termo de Securitização é falsa, incorreta ou omissa e desde que não sanada ou esclarecida tal irregularidade no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento de comunicado expresso da Securitizadora;
19. caso qualquer das Garantias torne-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o pagamento das Obrigações Garantidas e a Devedora não ofereça nova garantia, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento de solicitação formal da Securitizadora neste sentido para substituição ou reforço nos termos dos seus respectivos instrumentos;
20. não utilização, pela Devedora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos deste Termo de Securitização;
21. decisão judicial atestando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade da integralidade deste Termo de Securitização;
22. cessação, pela Devedora, de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
23. descumprimento de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão arbitral, de exigibilidade imediata em qualquer hipótese, contra a Devedora cujo valor da condenação individualmente seja igual ou superior a R$ [**•**] ([**•**]), sendo certo que o valor a que se refere este item será atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M;
24. atuação, pela Devedora, em desconformidade com as normas que lhe são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act* *of 1977* e o *UK Bribery Act 2010* (em conjunto “**Leis Anticorrupção**”);
25. ocorrência de qualquer evento ou situação que possa comprovadamente (i) causar alteração substancial nas condições financeiras, econômicas e/ou societárias da Devedora; (ii) impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela Devedora, de suas obrigações decorrentes deste Termo de Securitização e dos CRI; (iii) fazer com que as demonstrações ou informações financeiras publicadas pela Devedora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Devedora; (iv) implicar o descumprimento pela Devedora de quaisquer termos e condições de qualquer dos Documentos da Operação; ou (v) causar algum impacto reputacional (“**Efeito Adverso Relevante**”), excetuadas as situações que estejam sendo discutidas na esfera judicial ou administrativa de boa-fé pela Devedora, com exigibilidade suspensa e que não gerem um Efeito Adverso Relevante, ou em relação às quais tenha sido feito acordos para pôr fim às discussões e que não gerem um Efeito Adverso Relevante;
26. concessão de medida liminar que ao inviabilizar ou gerar a paralisação das atividades da Devedora gere, comprovadamente e de forma inequívoca, um Efeito Adverso Relevante na Devedora; e
27. a inscrição da Devedora, incluindo funcionários, no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial n.º 04, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Trabalho e Previdência Social e a Ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.
28. caso o Imóvel, objeto da Alienação Fiduciária do Imóvel, seja, total ou parcialmente, gravado com quaisquer ônus, ou desapropriado, por qualquer razão;
    1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 7.1.2**.** acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático dos CRI, sendo que o Titular dos CRI deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes dos CRI e exigir o pagamento do que for devido.
    2. Caso tome conhecimento acerca de qualquer Evento de Inadimplemento, a Securitizadora ou o Agente Fiduciário dos CRI enviará aviso ou notificação à Devedora em até 1 (um) Dia Útil da data que tiver ciência da sua ocorrência.
    3. Na ocorrência dos Eventos de Inadimplemento mencionados na Cláusula 6.1.2**.** acima, a Securitizadora deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência dos referidos eventos, uma Assembleia Especial de Titulares dos CRI (conforme disposto abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado dos CRI e das Notas Comerciais. A assembleia de Titulares de CRI a que se refere este item deverá ser realizada e convocada no prazo previsto neste Termo de Securitização, observado que a deliberação em Assembleia Especial de Titulares dos CRI sobre a não declaração do vencimento antecipado deverá ser tomada, por Titulares de CRI representando, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um da totalidade dos CRI em Circulação, ou em segunda convocação pelo total de Titulares dos CRI presentes.
       1. A Devedora poderá, a qualquer momento, requerer que a Securitizadora convoque Assembleia Especial dos Titulares de CRI para que estes deliberem sobre a renúncia ou o perdão temporário prévio (pedido de *waiver* prévio) de qualquer Evento de Inadimplemento, que dependerá da aprovação de Titulares de CRI representando, a maioria dos CRI em Circulação, não incluindo as deliberações relativas à insuficiência de lastro e/ou insolvência da Securitizadora, cujos quóruns são legais e previstos no Termo de Securitização.
       2. Qualquer alteração do quórum previsto para as deliberações mencionadas acima, deverá seguir o disposto neste Termo de Securitização.
    4. Caso não haja quórum suficiente para deliberação em assembleia de Titulares de CRI mencionada na Cláusula 7.4 acima, o Titular dos CRI declarará o vencimento antecipado dos CRI e exigirá o pagamento que for devido.
    5. Na hipótese de instalação e deliberação favorável ao não vencimento antecipado dos CRI, a Titular das Notas Comerciais não deverá declarar o vencimento antecipado das Notas Comerciais.
    6. Em caso de declaração do vencimento antecipado dos CRI, a Devedora efetuará o pagamento do Valor Nominal Unitário ou seu saldo (conforme aplicável) em circulação, conforme o caso, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização dos CRI, ou desde a última Data de Pagamento, conforme o caso, o que ocorrer por último até a próxima Data de Pagamento; (ii) do Prêmio de Resgate Antecipado; (iii) dos Encargos Moratórios, caso aplicável, e demais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo pagamento; e (iv) de quaisquer outros valores e despesas eventualmente devidos pela Devedora nos termos deste Termo de Securitização, do Termo de Emissão de Notas Comerciais e dos documentos relacionados aos CRI, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pela Devedora, de comunicação por escrito a ser enviada pelos Titulares dos CRI à Devedora por meio de carta protocolada no endereço constante da Cláusula 18 deste Termo de Securitização, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso existam recursos no Patrimônio Separado, a Titular das Notas Comerciais deverá utilizá-los para promover o pagamento do referido valor, ficando a Devedora obrigada a complementar o pagamento na hipótese de insuficiência dos referidos recursos.
29. **ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CRI**
    1. Realização da Assembleia Especial de Titulares de CRI: Os Investidores poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial de Titulares de CRI, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos CRI.
    2. Legislação Aplicável: Aplicar-se-á subsidiariamente à Assembleia Especial de Titulares de CRI, no que couber, o disposto na Lei 14.430, bem como o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), conforme alterada, a respeito das assembleias gerais de acionistas.
    3. Competência para Convocação: A Assembleia Especial de Titulares de CRI poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário, pela CVM e/ou por Investidores que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos CRI em circulação. A convocação deve ser realizada pela Securitizadora ou, se dirigida à Securitizadora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, convocar a Assembleia Especial dos Titulares de CRI às expensas dos requerentes.
    4. Convocação: A convocação da Assembleia Especial dos Titulares de CRI far-se-á mediante convocação encaminhada pela companhia securitizadora a cada investidor e disponibilizada na página que contém as informações do patrimônio separado na rede mundial de computadores, com a antecedência de 20 (vinte), em primeira convocação, e no prazo de 8 (oito) dias contado de nova publicação do edital de convocação, em segunda convocação.
    5. A Emissora está dispensada de elaboração do edital de convocação da Assembleia Especial de Titulares de CRI, caso tal assembleia tenha participação de todos os investidores.
    6. É admitida a realização de primeira e segunda convocações, por meio de edital único, no caso de Assembleias Especiais de Investidores convocada para deliberar exclusivamente sobre as demonstrações financeiras previstas no inciso I do art. 25 da Resolução CVM 60, de forma que o edital da segunda convocação poderá ser divulgado simultaneamente ao edital da primeira convocação, na forma do §1-A do artigo 26 da Resolução CVM 60. A realização das Assembleias Especiais de Investidores em segunda convocação admitida na forma acima, deverá ocorrer após de 8 (oito) dias da eventual não instalação em primeira convocação.
    7. Nos termos da Resolução CVM nº 60/21, os editais de convocação de Assembleia Gerais, deverão ser serão disponibilizados, nos prazos legais e/ou regulamentares, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas Eventuais da CVM e veiculados na página da Securitizadora na rede mundial de computadores – Internet (https:// https://grupotravessia.com/empresa/travessia-securitizadora-s-a//), imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado no que couber, na forma do artigo 26, do parágrafo 5º do artigo 44, artigo 45, do inciso IV “b” do artigo 46 e do inciso I do artigo 52 da Resolução CVM 60 e conforme parágrafo 3º do artigo 30 da Lei 14.430.
    8. As publicações acima serão realizadas uma única vez e, no caso de Assembleia Geral não havendo quórum em primeira convocação, deverá ser realizada uma nova e única publicação de segunda convocação.
    9. A Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Emissora tiver a sede ou de forma remota, observado os termos da Resolução CVM 60 e, no que couber, a Resolução CVM 81, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, as correspondências de convocação indicarão, com clareza, o lugar e horário da reunião.
    10. Instalação: A Assembleia Especial de Titulares de CRI será instalada em primeira convocação, com no mínimo 2/3 (dois terços) dos Titulares dos CRI e, em segunda convocação, com qualquer número de Titulares dos CRI, exceto se quórum maior for exigido pela regulamentação aplicável.
    11. Voto: Cada CRI conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Titulares de CRI, sendo admitida a constituição de mandatários, Investidores ou não, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Exceto se diversamente disposto neste Termo de Securitização, para efeito de cálculo de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Especial de Titulares de CRI, serão considerados apenas os CRI em circulação. Os votos em branco deverão ser excluídos do cálculo do quórum de deliberação da Assembleia Especial de Titulares de CRI.
        1. Os Titulares dos CRI poderão exercer o voto em Assembleia de Titulares dos CRI por meio do preenchimento e envio da respectiva instrução de voto a distância, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia Geral na forma do § 2º do artigo 29 e § 5º do artigo 30 da Resolução CVM 60 e observadas as demais disposições da Resolução CVM 60 e, no que couber, a Resolução CVM 81.
        2. Caso os Titulares dos CRI possam participar da Assembleia Geral à distância, por meio de sistema eletrônico, a convocação deverá conter informações detalhando as regras e os procedimentos sobre como os Titulares dos CRI podem participar e votar à distância na Assembleia Geral, incluindo informações necessárias e suficientes para acesso e utilização do informações necessárias e suficientes para acesso e utilização do sistema pelos investidores, assim como se a Assembleia Geral será realizada parcial ou exclusivamente de modo digital.
        3. No caso de utilização de meio eletrônico para realização da Assembleia Geral, a Emissora deverá adotar meios para garantir a autenticidade e a segurança na transmissão de informações, particularmente os votos que devem ser proferidos por meio de assinatura eletrônica ou outros meios igualmente eficazes para assegurar a identificação dos Titulares dos CRI.
    12. Consulta formal: Os Titulares de CRI poderão votar nas Assembleias Gerais de Titulares de CRI por meio de processo de consulta formal, escrita ou eletrônica, observadas as formalidades de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Especial de Titulares dos CRI prevista neste Termo de Securitização, desde que a Emissora possua sistemas ou controles necessários para tanto, o que deverá ser devidamente informados na convocação.
    13. Presença dos representantes legais da Emissora: Adicionalmente as demais disposições previstas nesta seção, o Agente Fiduciário e/ou os Titulares de CRI poderão convocar representantes da Emissora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais de Titulares de CRI, e das deliberações da ordem do dia, se assim autorizado pelos Titulares de CRI.
    14. Comparecimento do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Especial de Titulares de CRI e prestar aos Investidores as informações que lhe forem solicitadas.
    15. Presidência: A presidência da Assembleia Especial de Titulares de CRI caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente:
30. ao representante da Emissora;
31. ao Titular de CRI eleito pelos Titulares de CRI presentes;
32. ao representante do Agente Fiduciário; ou
33. a qualquer outra pessoa que os Titulares de CRI indicarem.
    1. Deliberações: Exceto conforme estabelecido neste Termo de Securitização, as deliberações serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRI em Circulação que representem a maioria de CRI em Circulação, salvo se a regulamentação aplicável prever quórum mínimo superior.
    2. As deliberações relativas aos seguintes temas deverão ser aprovadas por Investidores que representem, em primeira convocação, no mínimo 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação: **(i)** alteração dos quóruns de deliberação previstos neste Termo de Securitização; **(ii)** alterações nos procedimentos aplicáveis à Assembleia Especial de Titulares de CRI, inclusive, sem limitação, a alteração de quaisquer disposições deste item; **(iii)** alteração das disposições relativas ao Resgate Antecipado Facultativo Total dos CRI ou à Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI; **(v)** deliberações acerca de reforço, recomposição ou substituição das Garantias; ou **(iv)** quaisquer deliberações que tenham por objeto alterar as seguintes características dos CRI: **(a)** Valor Nominal Unitário ou sua atualização monetária **(b)** Resgate Antecipado Facultativo Total dos CRI ou a Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI e/ou Recompra Facultativa Integral dos Créditos Imobiliários, **(c)** Remuneração, sua forma de cálculo e as respectivas Datas de Pagamento da Remuneração, **(d)** Data de Vencimento, ou **(e)** Encargos Moratórios.
       1. As deliberações acerca da: **(i)**  renúncia de direitos nos termos deste Termo de Securitização, bem como concessão de perdão temporário pela ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos na Cláusula 7 deste Termo de Securitização, serão tomadas por Investidores que representem **(a)** 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, em primeira convocação; e **(b)** 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos presentes na Assembleia Especial de Titulares de CRI em segunda convocação.
    3. Dispensa de Convocação: Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Termo de Securitização, será considerada regular a Assembleia Especial de Titulares de CRI a que comparecerem os titulares de todos os CRI em Circulação.
       1. As deliberações tomadas pelos Titulares de CRI em Assembleias Gerais de Titulares de CRI no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns neste Termo de Securitização, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de CRI em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Especial de Titulares de CRI ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Titulares de CRI.
    4. Dispensa de Assembleia Especial dos Titulares de CRI para alteração deste Termo de Securitização: As Partes concordam que o presente Termo de Securitização, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Titulares de CRI, sempre que e somente quando tal alteração **(i)** decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências expressas da CVM, de adequação a normas legais ou regulamentares, bem como de demandas das entidades administradoras de mercados organizados ou de entidades autorreguladoras; **(ii)** for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da emissora ou dos prestadores de serviços; **(iii)** envolver redução da remuneração dos prestadores de serviço descritos no instrumento de emissão; **(iv)** decorrer de correção de erro formal e desde que a alteração não acarrete qualquer alteração na remuneração, no fluxo de pagamentos e nas garantias dos títulos de securitização emitidos; e **(v)**nas hipóteses previstas nos Contratos de Garantia.
       1. Fica a Emissora obrigada a informar os investidores em até 7 (sete) Dias Úteis contados da sua realização a respeito da alteração deste Termo de Securitização, conforme disposto na Cláusula 8.15 acima, indicando as alterações realizadas e as razões para tanto, o que fará mediante a publicação das alterações em seu *website*.
    5. As Assembleias Gerais que deliberarem, anualmente, sobre as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado, em até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social, serão convocadas na forma prevista neste Termo de Securitização.
    6. A Assembleia Geral que deliberar pela aprovação das demonstrações contábeis do Patrimônio Separado, que não contiverem ressalvas, podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso na referida Assembleia Geral não haja quórum para deliberação ou para instalação em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer Titulares de CRI, sendo que todos os custos para realização da referida Assembleia Geral serão arcados pelos Fundos de Despesas ou, em caso de insuficiência destes, pela Devedora e, na sua inadimplência, pelo Patrimônio Separado.
    7. Instrução de Voto: Os Titulares dos CRI poderão votar nas Assembleias por meio de processo de instrução de voto, escrita ou eletrônica, observadas as formalidades de convocação, instalação e deliberação da Assembleia previstas neste instrumento, o que deverá ser devidamente informado na convocação, nos termos da Resolução CVM 60, desde que recebida pela Securitizadora antes do início da Assembleia, possua sistemas e controles necessários para tanto, sendo certo que a ausência da previsão na referida convocação deverá ser entendida como a não inclusão desta previsão.
       1. Os Titulares dos CRI poderão exercer o voto em Assembleia por meio do preenchimento e envio da respectiva instrução de voto a distância, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia na forma do § 2º do artigo 29 e § 5º do artigo 30 da Resolução CVM 60 e observadas as demais disposições da Resolução CVM 60 e, no que couber, a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022
    8. Assembleia Digital: A critério exclusivo da Securitizadora, as Assembleias poderão ser realizadas de forma exclusivamente digital, observado o disposto na Resolução CVM 60.
       1. No caso de utilização de meio eletrônico, a companhia securitizadora deve adotar meios para garantir a autenticidade e a segurança na transmissão de informações, particularmente os votos que devem ser proferidos por meio de assinatura eletrônica ou outros meios igualmente eficazes para assegurar a identificação do investidor.
    9. Responsabilidade da Securitizadora: A Securitizadora não prestará qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação definida pelos Titulares dos CRI, comprometendo-se tão somente a manifestar-se conforme assim instruída. Neste sentido, a Securitizadora não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado e efeitos jurídicos decorrentes da orientação dos Titulares dos CRI por ela manifestado, independentemente dos eventuais prejuízos causados aos Titulares dos CRI ou à Securitizadora
34. **OBRIGAÇÕES E DECLARAÇÕES DA EMISSORA**
    1. Informação de Fatos Relevantes: A Emissora obriga-se a informar todos os fatos relevantes de interesse dos Titulares de CRI, nos termos do artigo 3º da Resolução nº 44, de 23 de agosto de 2021 (“**Resolução CVM 44**”), os quais serão divulgados, no mínimo, por meio das páginas da rede mundial de computadores da Emissora e da CVM.
       1. Adicionalmente, a Emissora compromete-se a enviar referidas informações ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da divulgação de fato relevante.
    2. Relatório Mensal: A Emissora obriga-se ainda a partir do mês subsequente à integralização dos CRI, em até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada mês a que se referir, a elaborar um relatório mensal, na forma e prazos previstos na regulamentação aplicável, previsto no artigo 47, inciso III, e Suplemento E da Resolução CVM 60, colocando tal relatório à disposição dos Investidores e do Agente Fiduciário em sua página na rede mundial de computadores e na página da CVM, ratificando a vinculação dos Créditos Imobiliários aos CRI. O referido relatório mensal deverá incluir o conteúdo exigido pela Resolução CVM 80/22, devendo ser disponibilizado no sistema Fundos.NET, conforme Ofício Circular nº 10/2019/CVM/SIN.
    3. Veracidade de Informações e Declarações: A Emissora se responsabiliza pela suficiência, veracidade, precisão, consistência e atualidade exclusivamente das suas informações e declarações prestadas, a qualquer tempo, ao Agente Fiduciário e aos Investidores, ressaltando que analisou diligentemente os documentos relacionados com os CRI, com base nas declarações prestadas pela Devedora e no parecer legal (*legal opinion*) do assessor jurídico contratado no âmbito da Emissão, para verificação de sua legalidade, veracidade, ausência de vícios, consistência, precisão, atualidade, correção e suficiência das informações disponibilizadas aos Investidores e ao Agente Fiduciário, declarando que tais documentos se encontram na estrita e fiel forma e substância descritas pela Emissora neste Termo de Securitização e no limite do seu conhecimento.
       1. A Emissora declara, sob as penas da lei, que:
35. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
36. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias à celebração deste Termo de Securitização, à emissão dos CRI e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
37. os representantes legais que assinam este Termo de Securitização têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
38. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
39. este Termo de Securitização constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
40. não tem conhecimento da existência de procedimentos administrativos ou ações judiciais, pessoais, reais, ou arbitrais de qualquer natureza, contra a Emissora em qualquer tribunal, que afetem ou possam vir a afetar as Notas Comerciais, os Créditos Imobiliários ou, ainda que indiretamente, o presente Termo de Securitização;
41. não teve sua falência ou insolvência requerida ou decretada até a respectiva data, tampouco está em processo de recuperação judicial e/ou extrajudicial;
42. não omitiu nenhum acontecimento relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em uma mudança adversa relevante e/ou alteração relevante de suas atividades;
43. cumpre por si, por si, seus sócios ou acionistas controladores, controladas, coligadas, administradores, acionistas com poderes de administração e respectivos funcionários, em especial os que venham a ter contato com a execução da Oferta, os termos das leis e normativos que dispõe sobre atos lesivos contra a administração pública, em especial as Leis Anticorrupção, e mantém políticas e/ou procedimentos internos objetivando o cumprimento de tais normas;
44. constituirá, nos termos da Lei 14.430 e conforme indicado neste Termo de Securitização Regime Fiduciário sobre os direitos creditórios que lastreiam e/ou garantam a oferta;
45. no limite do seu conhecimento, não há conflitos de interesse para tomada de decisão de investimento pelos investidores;
46. aplicará todos os esforços, no limite da sua responsabilidade, para que os Créditos Imobiliários oriundos das Notas Comerciais e representados pelas CCI sejam registrados e atualizados na B3, em conformidade às normas aplicáveis e às informações previstas na documentação pertinente à operação; e
47. aplicará todos os esforços, no limite da sua responsabilidade, para que os direitos incidentes sobre os Créditos Imobiliários oriundos das Notas Comerciais e representados pelas CCI que lastreiem a emissão, inclusive quando custodiados por terceiro contratado para esta finalidade, não sejam cedidos a terceiros.
    * 1. A Emissora compromete-se a notificar o Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.
    1. Solicitação de Informações à Emissora: A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação ou em prazo inferior se assim determinado por autoridade competente, todas as informações relativas aos Créditos Imobiliários.
       1. A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário cópia de toda documentação encaminhada à CVM e aos Investidores, bem como informações pertinentes ao artigo 3º da Resolução CVM 44, à Resolução CVM 160 e à Resolução CVM 60, suas alterações e aditamentos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação ou em prazo inferior se assim determinado por autoridade competente.
       2. A Emissora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do seu recebimento, todas as informações descritas na Cláusula 9.1, deste Termo de Securitização , quais sejam, resumidamente: **(1)** cópia das demonstrações financeiras auditadas completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como disponibilizá-las na página da internet da Devedora; e **(2)** declaração assinada pelos representantes legais da Devedora, na forma de seu contrato social, atestando: **(a)** que permanecem válidas as disposições contidas no Termo de Emissão de Notas Comerciais; **(b)** que não estão ocorrendo qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Devedora perante a Emissora e o Agente Fiduciário do CRI; e **(c)** que não foram praticados atos em desacordo com o seu contrato social.
    2. Sem prejuízo das demais obrigações constantes do Termo de Securitização, a Emissora obriga-se, adicionalmente, a:
48. exceto de outra forma prevista neste Termo de Securitização, informar ao Agente Fiduciário todos os fatos relevantes acerca da Emissão, bem como aqueles relativos à própria Emissora por meio de comunicação por escrito em até 3 (três) Dias Úteis da ocorrência de tais fatos e, ainda, obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações, sempre que solicitado;
49. dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais exigidas pelos normativos da CVM, nos prazos ali previstos, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia;
50. dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, cópias de todos os documentos e informações, inclusive financeiras e contábeis, fornecidos pela Devedora e desde que por ela entregue, nos termos da legislação vigente;
51. dentro de 5 (cinco) Dias Úteis ou em prazo inferior se assim determinado por autoridade competente, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que lhe sejam razoavelmente solicitados, permitindo que o Agente Fiduciário, por meio de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como aos respectivos registros e relatórios de gestão e posição financeira referentes ao Patrimônio Separado;
52. dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que forem publicados, cópias dos avisos de fatos relevantes e atas de assembleias gerais, reuniões do conselho de administração e da diretoria da Emissora que, de alguma forma, envolvam o interesse dos Titulares de CRI;
53. cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa que, de alguma forma, envolva o interesse dos Titulares de CRI, recebida pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento ou prazo inferior se assim exigido pelas circunstâncias;
54. submeter, na forma da lei, suas contas e demonstrações contábeis, bem como as demonstrações financeiras relacionadas ao Patrimônio Separado, a exame por empresa de auditoria e em observância ao disposto na Resolução CVM 60;
55. efetuar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos, garantias e prerrogativas dos Titulares de CRI ou para a realização de seus créditos;
56. manter sempre atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM;
57. manter contratada, durante a vigência deste Termo de Securitização, instituição financeira habilitada para a prestação do serviço de banco liquidante;
58. não realizar negócios e/ou operações (a) alheios ao objeto social definido em seu estatuto social; (b) que não estejam expressamente previstos e autorizados em seu estatuto social; (c) que não tenham sido previamente autorizados com a estrita observância dos procedimentos estabelecidos em seu estatuto social, sem prejuízo do cumprimento das demais disposições estatutárias, legais e regulamentares aplicáveis;
59. não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com este Termo de Securitização e/ou com os demais Documentos da Operação, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Securitização;
60. comunicar, em até 3 (três) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Emissora, de seus direitos, garantias e prerrogativas, vinculados aos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado e que possam, direta ou indiretamente, afetar negativamente os interesses da comunhão dos Titulares de CRI conforme disposto no presente Termo de Securitização;
61. não pagar dividendos com os recursos vinculados ao Patrimônio Separado;
62. manter em estrita ordem a sua contabilidade, por meio da contratação de prestador de serviço especializado, a fim de atender as exigências contábeis impostas pela CVM às companhias abertas, bem como efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade do Brasil, permitindo ao Agente Fiduciário o acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
63. manter:
64. válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
65. seus livros contábeis e societários regularmente abertos e registrados na junta comercial de sua respectiva sede social, na forma exigida pela Lei das Sociedades por Ações, pela legislação tributária e pelas demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem; e
66. em dia o pagamento de todos os tributos devidos em âmbito federal, estadual ou municipal, exceto por aqueles que estão em discussão na esfera administrativa ou judicial com exigibilidade suspensa;
67. manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento, diretamente ou por meio de seus agentes, serviço de atendimento aos Titulares de CRI;
68. caso entenda necessário e a seu exclusivo critério, substituir durante a vigência dos CRI um ou mais prestadores de serviço envolvidos na presente Emissão, independentemente da anuência dos Titulares de CRI por meio de assembleia geral ou outro ato equivalente, desde que não prejudique o pagamento da Remuneração dos CRI, por outro prestador devidamente habilitado para tanto, a qualquer momento. Nesta hipótese, caso a remuneração dos novos prestadores de serviços seja superior àquela paga aos atuais, tal substituição deverá ser aprovada previamente e por escrito pela Devedora, exceto quando se tratar da substituição do Agente Fiduciário, a qual deve observar o disposto na Cláusula 12.5 abaixo;
69. informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme artigo 15 da Resolução CVM 17, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social. No mesmo prazo acima, enviar declaração assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da Securitizadora, na forma do seu estatuto social, atestando (i) que permanecem válidas as disposições contidas nos documentos da emissão; e (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Securitizadora perante os investidores;
70. cumprir por si e suas respectivas afiliadas, diretores, membros de conselho de administração, funcionários agindo em seu nome e benefício com as Leis Anticorrupção; e
71. cumprir com a Legislação Socioambiental.
72. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS,** 
    1. **Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais**: Nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, a Devedora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade do Titular das Notas Comerciais: **(i)** a qualquer tempo, utilizando os recursos oriundos de recebíveis provenientes do Imóvel; **(ii)** a qualquer tempo, utilizando recursos não vinculados a recebíveis provenientes do Imóvel, antes da constituição de condomínio sobre o Imóvel; ou **(iii)** a qualquer tempo, utilizando recursos não vinculados a recebíveis provenientes do Imóvel, após a instituição de condomínio sobre o Imóvel, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais de cada uma das séries (de forma individual e independente entre elas, ou de forma conjunta) e, por consequência, promover a amortização extraordinária dos CRI em montante equivalente ao valor resgatado nas Notas Comerciais, observados os termos e condições abaixo descritos (“**Resgate Facultativo das Notas Comerciais**”).
       1. Com relação à hipótese descrita no item **(ii)** acima, o valor a ser pago em relação ao resgate das Notas Comerciais ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido de multa equivalente a multiplicação do **(i)** fator de 2,00% (dois por cento), **(ii)** o prazo remanescente entre a data do Resgate Antecipado das Notas Comerciais e a Data de Vencimento calculado em anos (base 360 dias) e (iii) o saldo remanescente das Notas Comerciais, na data do Resgate Antecipado Facultativo Total (“**Prêmio de Resgate Antecipado**”). Não haverá a incidência de Prêmio de Resgate Antecipado para os demais eventos mencionados na Cláusula 9.1 acima.
       2. **Comunicação de Resgate Antecipado**. A Devedora deverá comunicar a Securitizadora sobre a realização de Resgate Facultativo das Notas Comerciais através de comunicação escrita endereçada à Securitizadora, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, com, no mínimo, 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data do resgate. Tal comunicado à Securitizadora deverá descrever os termos e condições do Resgate Facultativo das Notas Comerciais, incluindo **(i)** a estimativa do Valor do Resgate Antecipado das Notas Comerciais (conforme disposto acima); **(ii)** a data efetiva para o Resgate Facultativo das Notas Comerciais, que deverá ser um Dia Útil; e **(iii)** demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais. (“**Comunicação Resgate Antecipado**”):
73. O pagamento do Resgate Facultativo das Notas Comerciais deverá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais e/ou da Remuneração das Notas Comerciais, nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, e deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil.
74. A Securitizadora deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data Resgate Facultativo das Notas Comerciais, comunicar ao Escriturador, ao Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Itausa, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04532-001, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04 (“**Banco Liquidante**”) e à B3, sobre o Resgate Facultativo das Notas Comerciais e, consequentemente, a amortização extraordinária em montante equivalente dos CRI.
75. Uma vez exercida pela Devedora a opção do Resgate Facultativo das Notas Comerciais, tal resgate tornar-se-á obrigatório para a Devedora e, consequentemente para a Securitizadora no âmbito dos CRI, sendo devido Encargos Moratórios até a data da efetiva realização da recompra
76. **RESGATE ANTECIPADO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS, RESGATE ANTECIPADO TOTAL DAS NOTAS COMERCIAIS POR ALTERAÇÃO DE TRIBUTOS, RESGATE ANTECIPADO TOTAL OBRIGATÓRIO DOS CRI E OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO TOTAL OBRIGATÓRIO DOS CRI.** 
    1. **Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos**
       1. Na ocorrência de uma Alteração Tributária e/ou Descaracterização, será permitido o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais, mediante o pagamento do Prêmio de Resgate Antecipado (“**Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos**”).
       2. Por ocasião do Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos, o valor devido pela Devedora será equivalente ao Valor Nominal Unitário acrescido do Prêmio de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade das Notas Comerciais ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Total (exclusive), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou seu saldo (conforme aplicável) (“**Valor de Resgate Alteração de Tributos**”).
       3. O Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos somente será realizado mediante envio de comunicação ao Titular das Notas Comerciais, com cópia para o Agente Fiduciário dos CRI, com 30 (trinta) Dias Úteis de antecedência da data em que se pretende realizar o efetivo Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos, sendo que na referida comunicação deverá constar: (a) a data de realização do Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos, que deverá ser um Dia Útil e em uma data de pagamento estipulada no cronograma de pagamento; (b) o Valor de Resgate; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado (“**Comunicação de Resgate Antecipado**”).
       4. Uma vez exercida pela Devedora a opção do Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos, tal resgate tornar-se-á obrigatório para a Devedora e, consequentemente para a Securitizadora no âmbito dos CRI.
       5. Na hipótese de Alteração Tributária, a Devedora será igualmente responsável pelo recolhimento, pagamento e/ou retenção dos Tributos. Nesse sentido, a Devedora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, escolher entre: (i) arcar com os valores nos mesmos termos e condições previstos acima; ou (ii) realizar o Resgate Facultativo Total por Alteração Tributária com o consequente resgate antecipado total obrigatório dos CRI nos termos desta Cláusula 10.2 deste Termo de Securitização.
    2. **Resgate Antecipado Obrigatório** 
       1. A Devedora deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório das Notas Comerciais na ocorrência de Vencimento Antecipado, Resgate Facultativo das Notas Comerciais ou Resgate Antecipado Total por Alteração de Tributos ocasiões em que a Devedora deverá resgatar antecipadamente as Notas Comerciais pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração em até 2 (dois) Dias Úteis.
    3. **Fundos**
       1. Fundo de Despesas: Além das garantias constituídas no âmbito dos Créditos Imobiliários, será constituído, pela Devedora, o fundo de despesas com R$ [**•**] ([**•**]) para fazer frente à eventuais despesas recorrentes, conforme indicadas no Anexo XIII ao presente Termo de Securitização (“**Despesas Recorrentes**”) vinculadas à emissão dos CRI e de eventuais Despesas Recorrentes extraordinárias futuras, desde que devidamente comprovadas, devendo ser mantido o valor mínimo de R$ [**•**] ([**•**]) (“**Fundo de Despesas**” e “**Valor Mínimo do Fundo de Despesas**”, respectivamente).
          1. Toda vez que, por qualquer motivo, os recursos do Fundo de Despesas venham a ser iguais ou inferiores ao Valor Mínimo do Fundo de Despesas, a sua recomposição ocorrerá, prioritariamente, nos termos da Ordem de Alocação de Recursos (conforme definida abaixo), com recursos dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente e, subsidiariamente, caso sejam insuficientes para tanto, por aporte direto da Devedora, que estará obrigada a recompor o referido fundo até o limite do Valor de Constituição do Fundo de Despesas.
          2. A recomposição mencionada na Cláusula 10.4.1.1 acima será realizada por meio de depósito na Conta Centralizadora em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do envio de comunicação nesse sentido pela Securitizadora à Devedora.
          3. O descumprimento da obrigação de recomposição acima será considerado como inadimplemento de obrigação pecuniária por parte da Devedora e/ou dos garantidores, e os sujeitará às mesmas penalidades de qualquer inadimplemento pecuniário previstas neste instrumento.
          4. Caso a Devedora não arque, no prazo indicado, com os pagamentos devidos, e os montantes existentes no Fundo de Despesas sejam insuficientes para arcar com as despesas ordinárias, estas serão pagas pela Securitizadora com recursos do Patrimônio Separado, sem prejuízo de posterior reembolso pela Devedora, nos termos desta Cláusula.
       2. Fundo de Obras. As Partes concordam em constituir na Conta Centralizadora o fundo de obras, que será constituído com recursos das integralizações dos CRI e/ou com recursos dos Direitos Creditórios, conforme previsto na Ordem de Alocação de Recursos. Os recursos do Fundo de Obras serão integralmente utilizados para o financiamento de custos a incorrer pela Devedora nas despesas imobiliárias relacionadas exclusivamente às obras do Imóvel (“**Fundo de Obras**”).
          1. Após a conclusão das Obras, se ainda existirem recursos no Fundo de Obras, referidos recursos serão utilizados para amortizar compulsoriamente o saldo devedor das Notas Comerciais (“**Amortização Extraordinária Compulsória – Saldo Remanescente**”). Encerrando-se o Fundo de Obras, a Securitizadora está dispensada de integralizar o saldo das Notas Comerciais subscritas e não integralizadas, estando os Titulares dos CRI desonerados, portanto, da obrigação de integralização dos CRI restantes, sem qualquer ônus para os Titulares dos CRI, na qualidade de subscritores dos CRI, e para a Securitizadora, na qualidade de subscritora das Notas Comerciais.
          2. Concluídas as obras do Imóvel e encerrando-se o Fundo de Obras, a Securitizadora está dispensada de integralizar o saldo das Notas Comerciais subscritas e não integralizadas, estando os Titulares dos CRI desonerados, portanto, da obrigação de integralização dos CRI restantes, sem qualquer ônus para os Titulares dos CRI, na qualidade de subscritores dos CRI, e para a Securitizadora, na qualidade de subscritora das Notas Comerciais.
       3. Fundo de Reserva**:** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, será constituído fundo de reserva, integrante do Patrimônio Separado, mediante dedução, do Preço de Integralização dos CRI, em montante correspondente a [**•**] parcelas mensais de Remuneração e de Amortização Programada dos CRI (“**Valor Inicial do Fundo de Reserva**” e “**PMT**”, respectivamente), a ser utilizado pela Securitizadora para o pagamento das Obrigações Garantidas em caso de inadimplemento pela Devedora (“**Fundo de Reserva**”).
       4. Caso, em qualquer data de pagamento aos Titulares de CRI, os valores disponíveis na Conta do Patrimônio Separado sejam insuficientes para a satisfação integral dos valores de principal e Remuneração dos CRI devidos na respectiva data de pagamento aos Titulares de CRI, bem como para a satisfação de quaisquer obrigações relacionadas aos CRI, a Securitizadora deverá utilizar os recursos do Fundo de Reserva disponíveis na Conta do Patrimônio Separado, em montante suficiente para a satisfação integral da referida parcela dos CRI e das obrigações a eles relacionadas.
       5. A Securitizadora deverá verificar mensalmente, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, a contar da Primeira Data de Integralização dos CRI e/ou eventualmente caso haja necessidade de recomposição, se o valor depositado no Fundo de Reserva corresponde ao valor das [**•**] PMT subsequentes (“**Valor Mínimo do Fundo de Reserva**”).
       6. Caso, a qualquer tempo, os recursos referentes ao Fundo de Reserva sejam inferiores ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva, a Securitizadora deverá notificar a Devedora para que esta realize o depósito do valor correspondente à diferença entre o saldo existente no Fundo de Reserva e o Valor Inicial do Fundo de Reserva, estando a Devedora obrigada a realizar tal depósito no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento de tal notificação.
       7. Caso a Devedora não recomponha o Fundo de Reserva nos termos desta Cláusula, a Securitizadora deverá utilizar os recursos da arrecadação dos Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente para recompor o Valor Mínimo do Fundo de Reserva.
       8. Os Créditos Imobiliários oriundos das Notas Comerciais abrangerão a totalidade dos respectivos acessórios, tais como, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais assegurados à Devedora, ficando a titular das Notas Comerciais, assim, sub-rogado em todos os direitos decorrentes dos Créditos Imobiliários oriundos das Notas Comerciais.
77. **REGIME FIDUCIÁRIO E ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**
    1. Regime Fiduciário: Na forma do artigo 25 da Lei 14.430, a Emissora institui, em caráter irrevogável e irretratável, Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários, constituindo referidos Créditos Imobiliários lastro para os CRI.
       1. Os Créditos Imobiliários, oriundos das Notas Comerciais, permanecerão separados e segregados do patrimônio comum da Emissora, até que se complete o resgate da totalidade dos CRI.
       2. Na forma nos artigos 25 a 27 da Lei nº 14.430, os Créditos Imobiliários e os recursos mantidos na conta corrente nº [**•**], agência 8499, do Banco Itaú Unibanco S.A. (banco n.º 341), de titularidade da Emissora (“**Conta do Patrimônio Separado**”). estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à execução por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, e só responderão, exclusivamente, pelas obrigações inerentes aos CRI.
       3. Os recursos disponíveis na Conta Centralizadora serão administrados ordinariamente pela Emissora, em benefício do Patrimônio Separado, promovendo as diligências necessárias à manutenção de sua regularidade, incluindo os fluxos de recebimento dos Direitos Creditórios, conforme ordem de alocação de recursos, observado que eventuais rendimentos financeiros que decorram dos Investimentos Permitidos da Conta Centralizadora e/ou de eventuais contas de liquidação serão reconhecidos pela Emissora, em conformidade com o artigo 22 da Resolução nº 60 da CVM.
       4. Os CRI deverão obedecer à seguinte ordem de prioridade nos pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis, após o cumprimento do item anterior (“**Ordem de Alocação de Recursos**”):

[•]

* + 1. A Emissora somente responderá por prejuízos ou insuficiência do Patrimônio Separado em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar, negligência ou administração temerária ou, ainda, desvio de finalidade do Patrimônio Separado, com decisão transitada em julgado neste sentido.
    2. A Taxa de Administração (conforme abaixo definida) continuará sendo devida, mesmo após o vencimento dos CRI, caso a Emissora ainda esteja atuando em nome dos Titulares de CRI, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação da Emissora. Caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes para o pagamento da Taxa de Administração, os Titulares dos CRI arcarão com a Taxa de Administração, ressalvado seu direito de em um segundo momento se reembolsarem com a Devedora após a realização do Patrimônio Separado.
    3. Após a quitação das Obrigações garantidas, caso, qualquer valor que sobejar o da quitação das Obrigações garantidas, será de propriedade da Devedora.
    4. Observado o disposto na Cláusula 11.1 acima, nos termos do Regime Fiduciário ora instituído, os Créditos Imobiliários:

1. não se confundem com o patrimônio da Emissora;
2. manter-se-ão apartados do patrimônio da Emissora até que se complete a liquidação da totalidade dos CRI objeto da presente Emissão;
3. destinam-se exclusivamente à liquidação dos CRI;
4. estão isentos de qualquer ação ou execução promovida por credores da Emissora;
5. não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer credores da Emissora; e
6. só responderão pelas obrigações inerentes aos CRI a que está afetada.
   * 1. A remuneração da Emissora será arcada exclusivamente, diretamente e/ou indiretamente, pela Devedora, conforme descrito na Cláusula 14 abaixo.
     2. A Emissora administrará o Patrimônio Separado instituído para os fins desta Emissão, mantendo registro contábil independentemente do restante de seu patrimônio e elaborando as demonstrações financeiras, em conformidade com o artigo 28 da Lei 14.430, bem como as enviará ao Agente Fiduciário em até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social do Patrimônio Separado, qual seja 31 de julho de cada ano.
   1. Insuficiência de Bens. A insuficiência dos bens do Patrimônio Separado não dará causa à declaração de sua quebra, cabendo, nessa hipótese, à Emissora, ou ao Agente Fiduciário, caso a Emissora não o faça, convocar Assembleia de Titulares de CRI para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do Patrimônio Separado.
      1. A Assembleia Especial especificamente convocada para deliberar sobre as normas de administração ou liquidação do Patrimônio Separado deverá ser convocada na forma prevista neste Termo de Securitização com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência para primeira ou 8 (oito) dias para segunda convocação, conforme § 1º do artigo 26 da Resolução CVM 60 e será instalada, em primeira convocação, com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, na forma do artigo 28 da Resolução CVM 60. Na Assembleia Especial, serão consideradas válidas as deliberações tomadas pela maioria dos presentes, em primeira ou em segunda convocação. Adicionalmente, a Emissora poderá promover, a qualquer tempo e sempre sob a ciência do Agente Fiduciário dos CRI, o resgate da emissão mediante a dação em pagamento dos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado aos Titulares dos CRI nas seguintes hipóteses: (i) caso a Assembleia Especial acima prevista não seja instalada, por qualquer motivo, em segunda convocação; ou (ii) caso referida Assembleia Especial seja instalada e os Titulares dos CRI não decidam a respeito das medidas a serem adotadas, na forma dos §§ 5º e 6º do artigo 30 da Lei nº 14.430.
      2. Os Titulares de CRI poderão deliberar pela liquidação do Patrimônio Separado mediante a dação em pagamento, ocasião na qual deverão deliberar pelos procedimentos de efetivação da dação em pagamento.
      3. Adicionalmente, a Emissora poderá promover, a qualquer tempo e sempre sob a ciência do Agente Fiduciário, o resgate da Emissão mediante a dação em pagamento dos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado aos titulares dos CRI nas seguintes hipóteses: (i) caso a Assembleia Especial de Titulares dos CRI referida acima não seja instalada, por qualquer motivo, em segunda convocação; ou (ii) caso a Assembleia de Titulares dos CRI referida acima seja instalada e os Titulares dos CRI não decidam a respeito das medidas a serem adotadas.
      4. Caso a Assembleia de Titulares dos CRI mencionada na cláusula acima (i) não seja instalada, por qualquer motivo, em segunda convocação; ou (ii) seja instalada e os Titulares dos CRI não decidam a respeito das medidas a serem adotadas, os Titulares dos CRI se tornarão condôminos dos bens e direitos integrantes do Patrimônio Separado, conforme disposto no Código Civil e no artigo 30, parágrafo 6º e artigo 31, parágrafo 2º, ambos da Lei 14.430, podendo a Emissora realizar a liquidação do Patrimônio Separado e, em último caso, realizar a venda dos Créditos Imobiliários, sem prejuízo de a Emissora, na condição de titular do Patrimônio Separado, observadas eventuais limitações previstas aqui ou na regulamentação editada pela CVM, adotar, em nome próprio e às expensas do Patrimônio Separado, todas as medidas cabíveis para a sua realização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 27 da Lei 14.430.
      5. Na hipótese prevista na cláusula acima, o quinhão de cada Titular dos CRI no condomínio será equivalente à sua participação em relação ao valor total dos CRI na data imediatamente anterior à constituição do referido condomínio.
      6. Será indicado como administrador do condomínio civil, acima referido, o condômino residente no Brasil que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
      7. Após realizada a efetiva dação em pagamento da totalidade dos Créditos Imobiliários vinculados, nos termos do disposto nesta cláusula, considerar-se-á extinta a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento do saldo devedor dos CRI, ficando integralmente extintos os CRI.
      8. Observado do disposto neste instrumento, a Assembleia acima prevista deliberará, inclusive, sobre (i) o aporte de recursos pelos Titulares dos CRI para arcar com as Despesas, observando os procedimentos do artigo 25 inciso IV, alínea “(a)”, da Resolução CVM 60; e/ou (ii) e/ou (ii) dação de ativos em pagamento aos Titulares dos CRI dos valores integrantes do Patrimônio Separado, observando os procedimentos do artigo 25 inciso IV, alínea “(b)”, da Resolução CVM 60.
      9. Independentemente da realização da referida Assembleia descrita acima, ou da deliberação dos Titulares dos CRI pelos aportes de recursos, as despesas são de responsabilidade do Patrimônio Separado e, dos Titulares dos CRI, nos termos definidos neste instrumento, não estando os prestadores de serviços desta emissão, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo pagamento ou adiantamento de tais despesas.
      10. As despesas que eventualmente não tenham sido saldadas na forma desta Cláusula serão consideradas como um passivo do Patrimônio Separado e deverão ser liquidadas quando houver recursos disponíveis para esse fim.
7. **AGENTE FIDUCIÁRIO**
   1. Nomeação do Agente Fiduciário: A Emissora, neste ato, nomeia o Agente Fiduciário, que formalmente aceita a sua nomeação, para desempenhar os deveres e atribuições que lhe competem, nos termos deste Termo de Securitização, da legislação e/ou regulamentação aplicável.
   2. Declarações do Agente Fiduciário: Atuando como representante dos Investidores, o Agente Fiduciário declara:
8. aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação específica e neste Termo de Securitização;
9. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas na Resolução CVM 17, inclusive no que se refere à Devedora, conforme declaração constante no Anexo VIII deste Termo de Securitização;
10. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal para o exercício da função que lhe é atribuída, conforme o §3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 6º da Resolução CVM 17;
11. ter verificado a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das demais informações contidas neste Termo de Securitização;
12. estar devidamente autorizado a celebrar este Termo de Securitização e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
13. a celebração deste Termo de Securitização e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
14. assegurar, nos termos do §1° do artigo 6 da Resolução CVM 17, tratamento equitativo a todos os Titulares de CRI em relação a outros titulares de valores mobiliários de eventuais emissões realizadas pela Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário;
15. na presente data, atua como Agente Fiduciário em outras emissões de títulos e valores mobiliários da Emissora, conforme descritas e caracterizados no Anexo IX deste Termo de Securitização;
16. não tem qualquer ligação com a Emissora, a Devedora ou sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora e/ou da Devedora ou integrante do mesmo grupo econômico que o impeça de exercer suas funções de forma diligente;
17. verificou a veracidade das informações relativas às Garantias e a consistência das demais informações contidas neste Termo de Securitização, sendo certo que verificará a regularidade da constituição e exequibilidade das Garantias e dos Créditos Imobiliários, tão logo sejam registrados o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e os atos societários de aprovação das Garantias e da emissão sejam registradas nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, Cartórios de Registro de Títulos e Documentos e Juntas Comerciais, conforme o caso. Dessa forma, em que pese a Securitizadora possuir os direitos sobre o objeto das garantias na data de assinatura do presente Termo de Securitização, existe o risco de atrasos dado à burocracia e eventuais exigências cartorárias, podendo impactar a devida constituição e consequente excussão caso as condições acima não sejam implementadas. Adicionalmente, (i) com base no [valor patrimonial] das quotas alienadas fiduciariamente, com data base de [inserir], as quotas são insuficiente em relação ao saldo devedor da oferta na data de assinatura deste Termo de Securitização, (ii) com base no valor apresentado pelo laudo de avaliação os Imóveis alienados fiduciariamente, os imóveis [são insuficientes/poderão ser suficientes] em relação ao saldo devedor da oferta na data de assinatura deste Termo de Securitização, e (iii) segundo convencionados pelas partes no Contrato de Cessão Fiduciária é [insuficiente/suficiente], entretanto, não há como assegurar que, na eventualidade da execução das garantias, o produto decorrente de tal execução seja suficiente para o pagamento integral dos valores devidos aos Titulares dos CRI, tendo em vista possíveis variações de mercado e outros;
    1. Obrigações do Agente Fiduciário: Incumbe ao Agente Fiduciário ora nomeado, todas as obrigações descritas no artigo 29 da Lei 14.430, e ainda, principalmente:
18. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Titulares de CRI;
19. proteger os direitos e interesses dos Titulares de CRI, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos próprios bens;
20. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação da Assembleia Especial de Titulares de CRI, para deliberar sobre a sua substituição;
21. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
22. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas às garantias e a consistência das informações contidas no presente Termo de Securitização, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
23. diligenciar junto a Emissora para que este Termo de Securitização, e seus aditamentos, sejam registrados junto à B3, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
24. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, alertando os Investidores, no relatório anual, acerca de eventuais inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
25. acompanhar a atuação da Emissora na administração do Patrimônio Separado por meio das informações divulgadas pela Emissora sobre o assunto;
26. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições dos CRI;
27. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, das Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública ou outros órgãos pertinentes, onde se localiza a sede do estabelecimento principal ou domicílio da Emissora e/ou da Devedora;
28. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa na Emissora ou do patrimônio separado;
29. convocar, quando necessário, Assembleia Especial de Titulares de CRI, conforme legislação e regulamentação aplicável;
30. comparecer às Assembleias Gerais de Titulares de CRI a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
31. manter atualizada a relação de Titulares de CRI e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
32. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes deste Termo de Securitização, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
33. comunicar aos Titulares de CRI qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas neste Termo de Securitização, incluindo as obrigações relativas a garantias e a Cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Titulares de CRI e que que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Titulares de CRI e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, observado o prazo de 7 (sete) Dias Úteis, conforme previsto na Resolução CVM 17;
34. adotar, quando cabível, medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos Investidores, bem como à realização dos bens e direitos afetados ao Patrimônio Separado, caso a Emissora não o faça nas hipóteses de substituição ou liquidação do Patrimônio Separado;
35. exercer, na hipótese de insolvência da Emissora, com relação às obrigações assumidas nesta operação, a administração transitória do Patrimônio Separado, conforme estabelecido na Cláusula 12.1 deste Termo de Securitização;
36. promover, na forma prevista neste Termo de Securitização, a liquidação do Patrimônio Separado;
37. verificar o integral e pontual pagamento dos valores devidos aos Investidores, conforme estipulado neste Termo de Securitização;
38. verificar os procedimentos adotados pela Securitizadora para assegurar a existência e a integridade dos Créditos Imobiliários;
39. verificar os procedimentos adotados pela Securitizadora para assegurar que os Créditos Imobiliários, não sejam cedidos a terceiros;
40. fornecer à Emissora o termo de quitação, que servirá para baixa do registro do regime fiduciário após uma vez resgatados integralmente os CRI;
41. disponibilizar o valor unitário dos CRI, aos Investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou se seu website;
42. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, em até 4 (quatro) meses após o fim do exercício social da Emissora, relatório anual descrevendo o conteúdo do artigo 15 da Resolução CVM 17.
    1. Remuneração do Agente Fiduciário: Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos deste instrumento e da legislação em vigor, correspondentes a: **(i)** uma parcela de implantação no valor de R$ [**•**] ([**•**]), devida até o 5º (quinto) dia útil contado da Primeira Data de Integralização dos CRI ou em 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de assinatura do presente instrumento, devida até o 5º (quinto) dia útil contado da Primeira Data de Integralização dos CRI ou em 30 (trinta) Dias Úteis contados da data de assinatura do presente instrumento, o que ocorrer primeiro; **(ii)** parcelas anuais no valor de R$ [**•**] ([**•**]), sendo a primeira parcela devida no mesmo dia do vencimento da parcela (i) acima do ano subsequente e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes até o resgate total dos CRI ou enquanto o Agente Fiduciário dos CRI estiver exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão. A remuneração do Agente Fiduciário dos CRI será devida mesmo após o vencimento final dos CRI, caso o Agente Fiduciário dos CRI ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à emissão, remuneração essa que será calculada *pro rata die*. Adicionalmente, serão devidas despesas extraordinárias do Agente Fiduciário dos CRI a serem definidas neste Termo de Securitização. A remuneração acima não inclui a eventual assunção do Patrimônio Separado dos CRI ou série adicional. Caso a operação seja desmontada/cancelada, a primeira parcela será devida a título de *“abort fee”*; e **(iii)** por cada evento de verificação semestral da Destinação dos Recursos o valor de R$ [**•**] ([**•**]), sendo a primeira parcela devida em [**•**] de [**•**] de 202[**•**] e o segundo em [**•**] de [**•**] de 202[**•**], e as demais verificações devidas a cada semestre subsequente até a utilização total dos recursos oriundos das Notas Comerciais, sendo certo que, na hipótese de resgate antecipado e desde que não tendo sido comprovada a utilização integral dos recursos, o valor do item “iii” acima deverá ser pago antecipadamente e previamente ao resgate antecipado multiplicado pelo número de semestres constantes do cronograma indicativo à comprovar.
       1. Em caso de inadimplemento, pela Devedora, ou de reestruturação das condições da operação, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R$ [**•**] ([**•**]) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, incluindo, mas não se limitando, (i) a execução das garantias, (ii) ao comparecimento em reuniões formais ou conferências telefônicas com a Emissora, os Titulares ou demais partes da Emissão, inclusive respectivas assembleias; (iii) a análise e/ou confecção de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação, atas de assembleia e/ou quaisquer documentos necessários ao disposto no item seguinte; e (iv) pedidos de simulação de cálculo de resgate antecipado e outras simulações; e (v) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, remuneração esta a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Emissora do respectivo “Relatório de Horas”.
       2. As parcelas citadas acima, devidas a título de remuneração do Agente Fiduciário, serão reajustadas anualmente pela variação positiva acumulada do IPCA/IBGE, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas de pagamento seguintes.
       3. A remuneração recorrente do Agente Fiduciário será devida até a liquidação integral dos valores mobiliários ou até o cumprimento de todas as obrigações exigidas ao Agente Fiduciário no âmbito da Emissão. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento *pro rata temporis* ou devolução, mesmo que parcial da remuneração do Agente Fiduciário.
       4. As parcelas citadas acima, serão acrescidas de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
       5. O Patrimônio Separado ou os Titulares de CRI conforme o caso, antecipará ao Agente Fiduciário todas as despesas necessárias para proteger os direitos e interesses dos investidores ou para realizar seus créditos proteger ou ainda, necessários decorrente da sua função de representante dos Titulares de CRI. Quando houver negativa para custeio de tais despesas em função de insuficiência do Patrimônio Separado ou inadimplemento da Devedora, os Titulares de CRI deverão antecipar todos os custos a serem despendidos pelo Agente Fiduciário, na proporção de seus créditos. As despesas a serem antecipadas deverão ser sempre comunicadas aos Titulares de CRI, a Securitizadora e a Devedora e, sempre que possível, aprovadas pelos Titulares de CRI ou pela Devedora conforme o caso, sendo certo que não sendo possível a obtenção imediata da aprovação pelos Titulares de CRI ou pela Devedora conforme o caso e, em razão de necessidade imediata para resguardar os interesses Titulares de CRI ou necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, tais despesas são contratadas pelo Agente Fiduciário e posteriormente ratificadas em Assembleia Geral dos Titulares de CRI. São exemplos de despesas que poderão ser realizadas pelo Agente Fiduciário: (i) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações, despesas cartorárias, conforme previsto neste instrumento e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) despesas com conferências e contatos telefônicos; (iii) obtenção de certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos; (iv) locomoções entre estados da federação, alimentação, transportes e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; (v) se aplicável, todas as despesas necessárias para realizar vistoria dos imóveis financiados com recursos da emissão (vi) conferência, validação ou utilização de sistemas para checagem, monitoramento ou obtenção de opinião técnica ou legal de documentação ou informação prestada pela Devedora, garantidores ou Securitizadora para cumprimento das suas obrigações; (vii) revalidação de laudos de avaliação e/ou avaliação por meio de laudo de avaliação das Garantias, se o caso, nos termos do Ofício Circular CVM nº 1/2021 SRE; (viii) gastos com honorários advocatícios de terceiros e de sucumbências, depósitos, custas e taxas judiciárias ou extrajudiciárias nas ações ou ainda, decorrente de ações arbitrais, propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, enquanto representante dos Titulares de CRI, decorrentes de culpa exclusiva e comprovada da Devedora e/ou dos garantidores e/ou da Securitizadora decorrente de ações propostas pelos devedores dos Créditos Imobiliários ou por garantidores e/ou Securitizadora e/ou terceiros, conforme aplicável, ou ainda que comprovadamente lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos investidores (ix) as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais ou extrajudiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ou ainda, decorrente de ações arbitrais, serão igualmente suportadas termos acima bem como sua remuneração; (x) custos e despesas relacionadas à B3. O ressarcimento a que se refere será efetuado em até 05 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Securitizadora e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento.
       6. Caso seja necessário o ressarcimento de despesas ao Agente Fiduciário este deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e/ou à Devedora e envio de cópia dos respectivos comprovantes de pagamento.
       7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos investidores que não tenha sido saldado na forma prevista nas cláusulas acima será acrescido à dívida da Devedora, tendo preferência na ordem de pagamento. O Agente Fiduciário poderá se utilizar de recursos eventualmente existentes nas contas garantias para saldar as despesas e honorários inadimplentes, devendo realizar a respectiva notificação aos investidores e emissores com antecedência ao que fizer e realizando a respectiva prestação de contas obrigatoriamente.
       8. O Agente Fiduciário não antecipará recursos para pagamento de despesas decorrentes da Emissão, sendo certo que tais recursos serão sempre devidos e antecipados pela Emissora, pela Devedora ou pelos investidores, conforme o caso.
    2. Substituição do Agente Fiduciário: O Agente Fiduciário poderá ser substituído nas hipóteses de impedimento, renúncia, intervenção ou liquidação extrajudicial, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante deliberação em Assembleia Especial de Titulares de CRI.
       1. A Assembleia Especial de Titulares de CRI destinada à escolha de novo agente fiduciário deve ser convocada pelo Agente Fiduciário a ser substituído, podendo também ser convocada por Titulares de CRI que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos CRI em Circulação.
       2. Se a convocação da referida Assembleia Especial de Titulares de CRI não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do final do prazo previsto acima, cabe à Emissora do CRI efetuar a imediata convocação. Em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da Assembleia Especial de Titulares de CRI para a escolha de novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório.
       3. A substituição do Agente Fiduciário deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis da deliberação, conforme previsto na Resolução CVM 17.
    3. Inadimplemento da Emissora: No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou neste Termo de Securitização para proteger direitos ou defender interesses Investidores, conforme previsto no artigo 12 da Resolução CVM 17.
    4. Outras Emissões: Além do relacionamento decorrente da Oferta, o Agente Fiduciário presta serviço de agente fiduciário em outras séries ou emissões da Emissora, nos termos do §2º do artigo 6º da Resolução CVM 17, conforme descrito no Anexo IX a este Termo de Securitização.
43. **LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO SEPARADO**
    1. Caso seja verificada a ocorrência de qualquer um dos eventos abaixo, o Agente Fiduciário deverá assumir imediatamente a administração do Patrimônio Separado e, em até 15 (quinze) dias, convocar a Assembleia Especial de Titulares de CRI de modo a deliberar sobre a liquidação do Patrimônio Separado ou a sua administração por uma nova companhia securitizadora:
44. pedido por parte da Emissora de qualquer plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento, pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
45. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido ou cancelado pela Emissora, conforme o caso, no prazo legal;
46. decretação de falência ou apresentação de pedido de autofalência pela Emissora;
47. inadimplemento ou mora, pela Emissora, de qualquer das obrigações pecuniárias previstas neste Termo de Securitização que dure por mais de 5 (cinco) Dias Úteis, caso haja recursos suficientes no Patrimônio Separado, por culpa exclusivamente da Emissora, contados do inadimplemento; e/ou
48. insuficiência Patrimônio Separado para liquidação dos CRI.
    * 1. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário e os Titulares de CRI, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ciência, a ocorrência dos eventos mencionados na Cláusula 13.1 acima.
    1. Convocação de Assembleia Especial de Titulares dos CRI para liquidação do Patrimônio Separado: A Assembleia prevista acima deverá ocorrer com antecedência de 20 (vinte) dias contados da data de sua primeira convocação, que deverá informar, além da ordem do dia, o local, a data e a hora em que a Assembleia será realizada. Na hipótese de não instalação da Assembleia em primeira convocação, deverá ocorrer nova convocação por meio da publicação de novo edital que deverá informar, além da ordem do dia, o local, a data e a hora em que a Assembleia será realizada em segunda convocação. A referida Assembleia não poderá ser realizada, em segunda convocação, em prazo inferior a 8 (oito) dias, contados da data em que foi publicado o segundo edital. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação ou segunda convocação, com a presença de qualquer número Titulares de CRI em circulação, na forma do artigo 28 da Resolução CVM 60.
    2. Deliberação pela Assembleia Especial de Titulares de CRI sobre a liquidação do Patrimônio Separado: A Assembleia Especial de Titulares de CRI deverá deliberar **(i)** pela liquidação total ou parcial do Patrimônio Separado, hipótese na qual os Titulares de CRI presentes em Assembleia Especial de Titulares de CRI deverão nomear o liquidante e as formas de liquidação; ou **(ii)** pela não liquidação do Patrimônio Separado, hipótese na qual deverá ser deliberada a administração do Patrimônio Separado pelo Agente Fiduciário ou nomeação de nova securitizadora, fixando, em ambos os casos, as condições e os termos para administração, bem como sua respectiva remuneração. O liquidante será a própria Emissora, caso esta não tenha sido destituída da administração do Patrimônio Separado nos termos aqui previstos.
    3. A Assembleia Especial de Titulares de CRI convocada para deliberar sobre qualquer evento de liquidação do Patrimônio Separado decidirá, pela maioria dos votos presentes na forma do artigo 30 da Resolução CVM 60, em primeira ou em segunda convocação para os fins de liquidação do Patrimônio Separado, enquanto o quórum requerido para deliberação pela substituição da Securitizadora na administração do Patrimônio Separado será de 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Separado, conforme parágrafo 4º do artigo 30 da Resolução CVM 60.
    4. Modo de liquidação do Patrimônio Separado. A liquidação do Patrimônio Separado será realizada mediante transferência dos créditos do Patrimônio Separado aos Titulares de CRI, representados pelo Agente Fiduciário, ou para a nova securitizadora aprovada pelos Titulares de CRI, em dação em pagamento, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Emissora em relação aos CRI.
       1. Destituída a Emissora, caberá ao Agente Fiduciário ou à nova securitizadora, conforme deliberado em Assembleia Especial de Titulares de CRI: **(i)** administrar os créditos do Patrimônio Separado e, conforme o caso, constituir um novo Patrimônio Separado; **(ii)** esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos Créditos Imobiliários; **(iii)** ratear os recursos obtidos entre os Titulares de CRI na proporção de CRI detidos, observado o disposto neste Termo de Securitização; **(iv)** transferir os créditos oriundos dos Créditos Imobiliários aos Titulares de CRI, na proporção de CRI detidos por cada Titular de CRI; e **(v)** transferir para a Emissora o saldo que ultrapassar suas obrigações pecuniárias.
49. **DESPESAS DA EMISSÃO**
    1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e/ou com a Oferta dos CRI serão de responsabilidade exclusiva da Devedora, sendo que as despesas *flat*, devidas até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Primeira data de integralização dos CRI, conforme previstas no Termo de Emissão de Notas Comerciais, serão retidas pela Securitizadora, por conta e ordem da Devedora, do valor a ser pago a título de desembolso dos Créditos Imobiliários. As demais despesas devidas no decorrer da emissão, serão pagas com os recursos oriundos dos Direitos Créditos Cedidos Fiduciariamente disponíveis na Conta do Patrimônio Separado conforme Ordem de Alocação de Recursos e, se necessário, com recursos do Fundo de Despesas, por conta e ordem da Devedora e em caso de insuficiência do Fundo de Despesas, deverão ser arcadas diretamente pela Devedora:
50. a remuneração do Agente de Liquidação e Escriturador das Notas Comerciais e dos CRI no montante equivalente a R$ [**•**] ([**•**]) em parcelas mensais, devendo a primeira parcela ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da primeira Data de Integralização, e as demais pagas nas mesmas datas dos anos subsequentes, até o resgate total dos CRI. As parcelas serão corrigidas anualmente a partir da data do primeiro pagamento pela variação positiva do IPCA, calculadas *pro rata die*;
51. remuneração da Securitizadora:
52. pela emissão dos CRI, no valor de R$ [**•**] ([**•**]), a ser paga em uma única parcela até o 1º (primeiro) Dia Útil contado da Primeira Data de Integralização;
53. pela administração do Patrimônio, no valor mensal de R$ [**•**] ([**•**]), devendo a primeira parcela ser paga até o dia 15 (quinze) do mês calendário imediatamente posterior à Primeira Data da Primeira de Integralização, e as demais pagas nas mesmas datas dos meses subsequentes, até o resgate total dos CRI;
54. Em caso de inadimplemento, reestruturação e/ou alteração das condições da operação, será devida à Securitizadora uma remuneração adicional equivalente a R$ 800,00 (oitocentos), por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, atualizada anualmente pela variação positiva acumulada do IPCA, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, calculadas pro rata die, se necessário, pecuniário ou não, que demande a participação da Securitizadora em reuniões, conferências telefônicas ou virtuais, realização de Assembleias Especiais dos Titulares dos CRI e quando houver necessidade de elaboração ou revisão de aditivos aos Documentos da Operação.
55. os valores devidos no âmbito das alíneas (b) e (c) acima serão atualizados anualmente pela variação positiva acumulada do IPCA, ou na falta deste, ou, ainda, na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, calculadas pro rata die, se necessário, a partir da primeira data de pagamento; e
56. o valor devido no âmbito na alínea acima será acrescido dos seguintes impostos: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (“**ISS**”), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“**CSLL**”), Contribuição ao Programa de Integração Social (“**PIS**”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“**COFINS**”), Imposto de Renda Retido na Fonte (“**IRRF**”) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração da Securitizadora, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento;
57. remuneração do Custodiante, pelos serviços prestados nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais, nos seguintes termos:
58. pelo registro e implantação das CCI no Sistema de Negociação: será devida parcela única de R$ [**•**] ([**•**]), a ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil após a primeira data de integralização dos CRI. Em caso de aditamento que altere as informações inseridas no registro do ativo na B3, será devida nova parcela única no valor supramencionado, devendo o pagamento ser realizado até o 5º (quinto) Dia Útil contado da efetiva alteração no sistema da B3;
59. pela custódia das Notas Comerciais e CCI serão devidas parcelas anuais no valor de R$ [**•**] ([**•**]), devendo a primeira parcela ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da primeira data de integralização dos CRI e as seguintes parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, se for o caso;
60. em caso de reestruturação e/ou alteração das condições da operação, será devida ao Custodiante uma remuneração adicional equivalente a R$ [**•**] ([**•**]), por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a análise e/ou confecção de eventuais aditamentos aos Documentos da Operação e/ou quaisquer documentos necessários, remuneração a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Emissora do respectivo “Relatório de Horas”.
61. remuneração do Agente Fiduciário, pelos serviços prestados no Termo de Securitização, nos seguintes termos da Cláusula 12.4 e 12.5 acima;
62. remuneração do Agente de Monitoramento de Obras, pelo serviço de monitoramento da carteira, no valor de R$ [**•**] ([**•**]), devendo a primeira parcela ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Primeira Data de Integralização e as demais na mesma data dos meses subsequente;
63. remuneração da empresa especializada para a prestação de serviços relacionados ao monitoramento das obras de construção do Imóvel, contratada pela Securitizadora nos termos do Termo de Emissão de Notas Comerciais (“**Agente de Monitoramento de Obras**”), pelo serviço de monitoramento da obra, no valor de R$ [**•**] ([**•**]), devendo a primeira parcela ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Primeira Data de Integralização e as demais na mesma data dos meses subsequentes;
64. remuneração devida ao assessor legal da Oferta, em parcela única, no valor de R$ [**•**] ([**•**]), devendo a primeira parcela ser paga até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Primeira Data de Integralização, essa remuneração já considera os impostos;
65. remuneração da **[•]**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua [**•**], nº [**•**], [**•**], Bairro [**•**], CEP [**•**], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [**•**] (“[**•**]”), pelos serviços de manutenção da Conta Vinculada, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) por mês;
66. averbações, tributos, prenotações e registros em cartórios de registro de títulos e documentos e junta comercial, quando for o caso, bem como as despesas relativas a alterações dos documentos da Oferta;
67. todas as despesas razoavelmente incorridas e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos Titulares de CRI ou para realização dos seus créditos, conforme previsto no Termo de Securitização;
68. honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais, bem como as despesas razoáveis e devidamente comprovadas, com eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, incluindo sucumbência, incorridas, de forma justificada, para resguardar os interesses dos Titulares de CRI e a realização dos Créditos Imobiliários integrantes do Patrimônio Separado;
69. emolumentos e demais despesas de análise, registro e manutenção da B3 ou da B3 (Segmento Balcão B3) relativos às Notas Comerciais, aos CRI e à Oferta;
70. custos relacionados à Assembleia Especial de Titulares de CRI que sejam realizadas exclusivamente por ações ou omissões da Devedora;
71. despesas razoáveis e comprovadas com gestão, cobrança, realização e administração do Patrimônio Separado e outras despesas indispensáveis à administração dos Créditos Imobiliários, incluindo: **(i)** a remuneração dos prestadores de serviços, **(ii)** as despesas com sistema de processamento de dados, **(iii)** as despesas cartorárias com autenticações, reconhecimento de firmas, emissões de certidões, registros de atos em cartórios e emolumentos em geral, **(iv)** as despesas com cópias, impressões, expedições de documentos e envio de correspondências, **(v)** as despesas com publicações de balanços, relatórios e informações periódicas, **(vi)** as despesas com empresas especializadas em cobrança, leiloeiros e comissões de corretoras imobiliárias, **(vii)** as despesas materializadas devidamente comprovadas relativas a contingências multas, penalidades, custos, obrigações ou despesas judiciais ou extrajudiciais (incluindo taxas e honorários advocatícios) relacionadas a eventuais demandas de terceiros contra a Securitizadora resultantes diretamente de quaisquer dos negócios contemplados neste Termo de Securitização, e **(viii)** quaisquer outras despesas relacionadas à administração dos créditos imobiliários e do Patrimônio Separado, inclusive as referentes à sua transferência para outra companhia securitizadora de créditos imobiliários, na hipótese de o Agente Fiduciário vir a assumir a sua administração, nos termos previstos neste Termo de Securitização;
72. despesas com registros e movimentação perante a CVM, a ANBIMA, B3, juntas comerciais da documentação societária da Securitizadora relacionada aos CRI, a este Termo de Securitização e aos demais documentos da Oferta, bem como de eventuais aditamentos aos mesmos;
73. quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Securitizadora, exclusivamente com relação à Emissão, e/ou ao Patrimônio Separado e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Securitizadora, de suas obrigações assumidas neste Termo de Securitização;
74. despesas relativas à publicação de quaisquer avisos exigidos pela CVM no âmbito da emissão dos CRI;
75. despesas relativas à abertura e manutenção da Conta do Patrimônio Separado e custos relacionados à Assembleia Especial de Titulares dos CRI;
76. averbações, tributos, prenotações e registros em cartórios de registro de imóveis e títulos e documentos, bem como em juntas comerciais, quando for o caso, assim como quaisquer despesas relativas a eventuais alterações nos documentos da operação e os custos relacionados à Assembleia Especial dos Titulares de CRI, conforme previsto neste Termo de Securitização, cabendo a critério da Securitizadora contratar advogados para a execução de atividades necessárias, realizando o pagamento com os recursos do patrimônio separado dos CRI;
77. despesas com a gestão, cobrança, realização e administração do patrimônio separado, outras despesas indispensáveis à administração dos Créditos Imobiliários, exclusivamente na hipótese de liquidação do Patrimônio Separado, inclusive as referentes à sua transferência, na hipótese de o Agente Fiduciário assumir a sua administração;
78. despesas com as publicações eventualmente necessárias nos termos dos Documentos da Operação;
79. custos diretos comprovados, através da apresentação dos respectivos recibos, relacionados à Assembleia Especial dos Titulares de CRI;
80. as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais;
81. custos diretos comprovados, através da apresentação dos respectivos recibos, relacionados à Assembleia Especial dos Titulares de CRI;
82. os honorários, despesas e custos de terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais relacionados com procedimentos legais incorridos para resguardar os interesses dos Titulares de CRI, na defesa de eventuais processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais propostos contra o patrimônio separado dos CRI ou, ainda, realização do patrimônio separado dos CRI;
83. as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ajuizadas com a finalidade de resguarda os interesses dos Titulares de CRI e a realização dos créditos do patrimônio separado dos CRI;
84. despesas com registros e movimentação perante instituições autorizadas à prestação de serviços de liquidação e custódia, escrituração, câmaras de compensação e liquidação, juntas comerciais e cartórios de registro de títulos e documentos, conforme o caso, documentação societária relacionada aos CRI, ao Termo de Emissão de Notas Comerciais, ao Termo de Securitização e aos demais documentos da operação, bem como de seus eventuais aditamentos;
85. as perdas e danos, diretos e comprovados, obrigações ou despesas razoáveis, direta e comprovadas, incluindo taxas e honorários advocatícios arbitrados pelo juiz, resultantes da Emissão, exceto se tais perdas, danos, obrigações ou despesas forem resultantes de inadimplemento, dolo ou culpa por parte da Securitizadora ou de seus administradores, empregados, consultores e agentes, conforme vier a ser determinado em decisão judicial transitada em julgado; e
86. quaisquer tributos ou encargos, presentes e futuros, que sejam imputados por lei à Securitizadora e/ou ao Patrimônio Separado dos CRI e que possam afetar adversamente o cumprimento, pela Securitizadora, de suas obrigações assumidas no Termo de Securitização.
    1. Serão arcadas pelo Patrimônio Separado quaisquer despesas: **(i)** de responsabilidade da Devedora que não sejam pagas tempestivamente pela Devedora, diretamente ou mediante utilização dos recursos do Fundo de Despesas, sem prejuízo do direito de regresso contra a Devedora; ou **(ii)** que não são devidas pela Devedora. Caso a Devedora não efetue o pagamento das despesas ou não haja recursos suficientes no Fundo de Despesas, tais despesas deverão ser arcadas pelo Patrimônio Separado e reembolsadas pela Devedora dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de solicitação neste sentido, e, caso os recursos do Patrimônio Separado não sejam suficientes, a Securitizadora e o Agente Fiduciário poderão cobrar tal pagamento da Devedora com as penalidades previstas na Cláusula 14.3 abaixo ou solicitar aos Titulares de CRI que arquem com o referido pagamento, ressalvado o direito de regresso contra a Devedora. Em última instância, as despesas que eventualmente não tenham sido saldadas na forma do Termo de Emissão de Notas Comerciais e/ou no demais documentos da Oferta serão acrescidas à dívida da Devedora no âmbito dos Créditos Imobiliários, e deverão ser pagas na ordem de prioridade estabelecida neste Termo de Securitização.
    2. No caso de inadimplemento no pagamento de qualquer das despesas pela Devedora os débitos em atraso ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(ii)** multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento); e **(iii)** atualização monetária pelo IPCA, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do respectivo pagamento.
    3. A título de prêmio pago pela Emissora será devido aos Titulares dos CRI, com a devida retenção do montante na integralização dos CRI, o montante total de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), o qual deverá ser descontado dos recursos oriundos da integralização dos CRI e deverá ser pago pela Securitizadora como evento genérico na B3, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da Data de Integralização.
    4. Na hipótese de a data de vencimento dos CRI vir a ser prorrogada por deliberação da Assembleia Especial de Titulares de CRI ou mesmo após o vencimento final ou antecipado dos CRI, a Securitizadora, o Agente Fiduciário e os demais prestadores de serviço continuarem exercendo atividades inerentes as suas funções, a remuneração e eventuais despesas, continuarão sendo devidas pela Devedora.
    5. As despesas a serem adiantadas pelos Titulares de CRI à Securitizadora dos CRI e/ou ao Agente Fiduciário do CRI deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pelos Titulares de CRI e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas aos Titulares de CRI.
    6. O Patrimônio Separado, caso a Devedora não o faça, ressarcirá a Securitizadora e o Agente Fiduciário de todas as despesas efetivamente incorridas com relação ao exercício de suas funções, tais como: **(i)** registro de documentos, notificações, extração de certidões em geral, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, custas processuais, periciais e similares; **(ii)** contratação de prestadores de serviços não determinados nos documentos da Oferta, inclusive assessores legais, agentes de auditoria, fiscalização e/ou cobrança; **(iii)** despesas relacionadas ao transporte de pessoas (viagens) e documentos (correios e/ou motoboy), hospedagem e alimentação de seus agentes, estacionamento, custos com telefonia, *conference call*; e **(iv)** publicações em geral, notificações. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a efetivação da despesa em questão.
    7. Responsabilidade dos Titulares de CRI: Considerando-se que a responsabilidade da Emissora se limita ao Patrimônio Separado, nos termos da Lei 14.430, caso o Patrimônio Separado seja insuficiente para arcar com as despesas mencionadas nas Cláusulas 14.2 e seguintes acima, tais despesas serão suportadas pelos Titulares de CRI, na proporção dos CRI titulados por cada um deles, caso não sejam pagas pela Devedora, parte obrigada por tais pagamentos.
    8. Despesas de Responsabilidade dos Titulares de CRI: Observado o disposto nos itens acima, são de responsabilidade dos Titulares de CRI:
87. eventuais despesas e taxas relativas à negociação e custódia dos CRI não compreendidas na descrição da Cláusula 14.2 acima;
88. todos os custos e despesas incorridos para salvaguardar os direitos e prerrogativas dos Titulares de CRI; e
89. tributos diretos e indiretos incidentes sobre o investimento em CRI que lhes sejam atribuídos como responsável tributário.
    1. No caso de destituição da Emissora nas condições previstas neste Termo de Securitização, os recursos necessários para cobrir as despesas com medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Titulares de CRI deverão ser previamente aprovadas pelos Titulares de CRI e adiantadas ao Agente Fiduciário, na proporção de CRI detida pelos Titulares de CRI, na data da respectiva aprovação.
    2. Custos Extraordinários: Quaisquer custos extraordinários que venham incidir sobre a Emissora em virtude de quaisquer renegociações que impliquem na elaboração de aditivos aos instrumentos contratuais e/ou na realização de assembleias de Titulares de CRI, incluindo, mas não se limitando a remuneração adicional, pelo trabalho de profissionais da Emissora ou do Agente Fiduciário dedicados a tais atividades deverão ser arcados pela Devedora conforme proposta a ser apresentada.
    3. Em qualquer Reestruturação (conforme definido abaixo) que vier a ocorrer ao longo do prazo de duração dos CRI, que implique a elaboração de aditamentos aos documentos da operação e/ou na realização de assembleias gerais, ou enquanto os CRI estiverem sob hipótese de Resgate Antecipado Total Obrigatório, será devida, pela Devedora à Securitizadora, uma remuneração adicional, equivalente a R$ 600,00 (seiscentos reais) por hora de trabalho dos profissionais da Securitizadora dedicados a tais atividades, corrigidos a partir da data da emissão dos CRI pela variação acumulada do IPCA no período anterior, acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração da Securitizadora, conforme o caso, nas alíquotas vigentes na data de cada pagamento. Também, a Devedora deverá arcar com todos os custos decorrentes da formalização e constituição dessas alterações, inclusive aqueles relativos a honorários advocatícios razoáveis devidos ao assessor legal escolhido pela Securitizadora, acrescido das despesas e custos devidos a tal assessor legal, acrescido das despesas e custos devidos a tal assessor legal. O pagamento da remuneração prevista nesta cláusula ocorrerá sem prejuízo da remuneração devida a terceiros eventualmente contratados para a prestação de serviços acessórios àqueles prestados pela Securitizadora e será arcado mediante a utilização do Fundo de Despesas, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da atuação da Securitizadora.
    4. Entende-se por “**Reestruturação**” a alteração de condições relacionadas **(i)** às condições essenciais dos CRI, tais como datas de pagamento, remuneração, data de vencimento final, fluxos operacionais de pagamento ou recebimento de valores, carência ou *covenants* operacionais ou financeiros; **(ii)** aos aditamentos dos Documentos da Operação e realização de assembleias; e **(iii)** à recompra compulsória dos Créditos Imobiliários.
    5. A Devedora obriga-se a manter indene e a indenizar a Securitizadora, seus diretores, conselheiros e empregados, por toda e qualquer despesa extraordinária razoável e comprovadamente incorrida pela Securitizadora, que não tenha sido contemplada nos documentos da Oferta, e desde que decorra de comprovada obrigação da Devedora, mas venha a ser devida diretamente em razão: **(i)** dos CRI, especialmente, mas não se limitando ao caso das declarações prestadas serem falsas, incorretas ou inexatas, na data em que prestadas; **(ii)** dos documentos da Oferta; ou **(iii)** de demandas, ações ou processos judiciais e/ou extrajudiciais promovidos pelo Ministério Público ou terceiros com o fim de discutir os créditos imobiliários, o Imóvel, danos ambientais e/ou fiscais, inclusive requerendo a exclusão da Securitizadora do polo passivo da demanda e contratando advogado para representar a Securitizadora na defesa dos direitos do Patrimônio Separado ou ao cumprimento das obrigações decorrentes dos documentos da Oferta, podendo ou não decorrer de tributos, emolumentos, taxas ou custos de qualquer natureza, incluindo, mas sem limitação, as despesas com terceiros especialistas, advogados, auditores ou fiscais, bem como as despesas com procedimentos legais ou gastos com honorários advocatícios e terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais, nas ações propostas pela Securitizadora ou contra elas intentadas, desde que para resguardar os créditos imobiliários, os CRI e os direitos e prerrogativas da Securitizadora definidos nos documentos da Oferta e que sejam devidamente comprovadas, necessárias e razoáveis. Para fins de esclarecimento, as obrigações da Devedora nos termos desta Cláusula não incluem despesas ou custos incorridos pela Securitizadora em virtude de, ou relativas a, outras operações de securitização realizadas pela Securitizadora.
    6. O pagamento de qualquer indenização referida na Cláusula 14.9 acima deverá ser realizado pela Devedora à vista, em parcela única, mediante depósito na conta corrente a ser oportunamente indicada pela Securitizadora, conforme aplicável, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data do recebimento pela Devedora de comunicação por escrito da Securitizadora nesse sentido indicando o montante a ser pago.
90. **PUBLICIDADE**
    1. Nos termos da Resolução CVM 60, fatos e atos relevantes de interesse dos Titulares dos CRI , tais como convocações de Assembleia Especial de Investidores, comunicados de resgate, amortização, notificações aos devedores e outros, deverão ser disponibilizados nos prazos legais e/ou regulamentares, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM e veiculados na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (https://grupotravessia.com/empresa/travessia-securitizadora-s-a/), imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado no que couber, na forma do § 5º do artigo 44, artigo 45, inciso “b” do artigo 46 e artigo 52º inciso IV e §4º da Resolução CVM 60 e da Lei 14.430, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário na mesma data da sua ocorrência.
    2. As publicações das Assembleias Gerais serão realizadas na forma da Cláusula 8 acima, respeitada a forma de convocação disposta na Cláusula 16.1 acima.
    3. As despesas decorrentes do acima disposto serão pagos pela Emissora com recursos do Patrimônio Separado.
    4. As demais informações periódicas da da Emissora serão disponibilizadas ao mercado, nos prazos legais/ou regulamentares, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM, nos termos da Resolução CVM 60 e demais legislação em vigor.
91. **REGISTROS E DECLARAÇÕES**
    1. Declarações: Em atendimento ao artigo 2º, VIII do Suplemento A à Resolução CVM 60, são apresentadas, substancialmente na forma dos Anexos I e III ao presente Termo de Securitização, as declarações emitidas pelo Custodiante e pela Securitizadora, respectivamente.
    2. Registro: Em atendimento ao artigo 26, §1º da Lei 14.430, o presente Termo de Securitização, e seus respectivos aditamentos, devem ser registrados perante a B3, para fins de instituição do regime fiduciário.
92. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
    1. Divisibilidade: Na hipótese de qualquer disposição do presente Termo de Securitização ser julgada ilegal, ineficaz ou inválida, prevalecerão as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza efeitos semelhantes.
    2. Indivisibilidade: As Partes declaram e reconhecem que o presente Termo de Securitização integra um conjunto de negociações de interesses recíprocos e complexos, envolvendo a celebração, além deste Termo de Securitização, dos demais documentos da Oferta, razão por que nenhum dos documentos da Oferta poderá ser interpretado e/ou analisado isoladamente.
    3. Independência: Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Investidores em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.
    4. Irrevogabilidade: O presente Termo de Securitização é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.
    5. Validade de Alterações Posteriores: Todas as alterações do presente Termo de Securitização, somente serão válidas se realizadas por escrito e aprovadas pelos Investidores, observados os quóruns previstos neste Termo de Securitização.
    6. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM 17, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.
    7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
    8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Titulares de CRI e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Titulares de CRI reunidos em Assembleia Especial de Titulares de CRI.
    9. Os Titulares de CRI estarão sujeitos ao tratamento tributário descrito no Anexo V a este Termo de Securitização.
    10. Os Titulares de CRI deverão observar os riscos com potencial impacto aos CRI, conforme descritos na seção “Fatores de Risco” do Anexo XII deste Termo de Securitização.
    11. A Devedora obriga-se a manter indene e a indenizar a Securitizadora, o Agente Fiduciário e eventuais terceiros que possam constituir representantes de seus interesses (“**Partes Indenizáveis**”), contra quaisquer demandas, obrigações, perdas e danos apurados judicialmente, de qualquer natureza, direta e comprovadamente sofridos pelas Partes Indenizáveis originados ou relacionados a: **(i)** falsidade contida nas declarações prestadas pela Devedora nos Documentos da Operação, conforme aplicável; **(ii)** dolo ou culpa da Devedora relacionada à Oferta, conforme aplicável; ou **(iii)** demandas, ações ou processos judiciais e/ou extrajudiciais promovidos pela Devedora, pelo Ministério Público, pelos titulares de CRI e/ou terceiros com o fim de discutir os Documentos da Operação, a governança da operação, inclusive requerendo a exclusão das Partes Indenizáveis do polo passivo da demanda, conforme aplicável, e arcando com todas eventuais despesas devidamente comprovadas para defesa dos interesses das Partes Indenizáveis, incluindo honorários advocatícios razoáveis de eventual patrono das Partes Indenizáveis para defesa de seus direitos.
93. **NOTIFICAÇÕES**
    1. Comunicações: Todas as comunicações entre as Partes serão consideradas válidas, se feitas por escrito, a partir de seu recebimento conforme os dados de contato abaixo, ou outros que as Partes venham a indicar, por escrito, no curso deste Termo de Securitização:
94. Para a Emissora

**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01,

CEP 04533-010, São Paulo – SP

At.: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

E-mail: gestao@grupotravessia.com; juridico@grupotravessia.com e ri@grupotravessia.com

Tel.: (11) 4115-8700

1. Para o Agente Fiduciário

**[•]**[**endereço**]

CEP [**•**], [**•**]– [**•**]  
At.: [**•**]  
Tel.: ([**•**]) [**•**]  
E-mail: [**•**]

As comunicações serão consideradas entregues: **(i)** quando enviadas aos endereços acima sob protocolo ou com Aviso de Recebimento; ou **(ii)** por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio com confirmação de recebimento.

A mudança, por uma parte signatária do presente instrumento, de seus dados, deverá ser por ela comunicada por escrito aos demais signatários deste Termo de Securitização.

1. **RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**
   1. Legislação Aplicável: Este Termo de Securitização será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
   2. Foro: As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios decorrentes deste Termo de Securitização, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. **ASSINATURA DIGITAL**
   1. Para todos os fins e efeitos de direito, as Partes reconhecem e concordam que suas assinaturas no presente instrumento poderão ser realizadas por meio digital, desde que utilizem certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, assim como as assinaturas das testemunhas, constituindo meio idôneo e possuindo a mesma validade e exequibilidade que as assinaturas manuscritas apostas em documento físico, bem como renunciam ao direito de impugnação de que trata o artigo 225 do Código Civil, reconhecendo expressamente que as reproduções mecânicas ou eletrônicas de fatos ou de coisas fazem prova plena desses.
   2. As Partes convencionam que, para todos os fins de direito, que a data de início da produção de efeitos do presente Termo de Securitização será a data do presente documento, ainda que qualquer das Partes venha a assinar eletronicamente este Termo de Securitização em data posterior, por qualquer motivo, hipótese em que as Partes, desde logo, concordam com a retroação dos efeitos deste instrumento para a data aqui mencionada

O presente Termo de Securitização é firmado digitalmente.

São Paulo, [**•**] de [**•**] de 202[**•**].

*[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]Página de Assinaturas 1/2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da [****•****]ª ([****•****]) Emissão, em [****•****] Séries, da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos Pela [****•****].*

**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Por: Por:   
Cargo: Cargo:   
CPF/MF: CPF/MF:

*Página de Assinaturas 1/2 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da [****•****]ª ([****•****]) Emissão, em [****•****] Séries, da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos Pela [****•****].*

**[•]**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Por: Por:   
Cargo: Cargo:   
CPF/MF: CPF/MF:

ANEXO I — MODELO DECLARAÇÃO DE CUSTÓDIA

DECLARAÇÃO DO CUSTODIANTE

A **[•]** sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de [**•**]**,** Estado de [**•**], na Rua [**•**], nº [**•**], [**•**]º andar, [**complemento**], CEP [**•**], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº [**•**], neste ato representada na forma do seu Contrato Social (“**Custodiante**”), na qualidade de instituição custodiante do “*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário, Sem Garantia Real, Sob a Forma Escritural”* (“**Escritura de Emissão de CCI”**),por meio do qual foram emitidas as Cédulas de Crédito Imobiliário (“**CCI**”) que servem de lastro para a emissão dos certificados de recebíveis imobiliários, em [**•**] séries, da [**•**]ª ([**•**]) emissão(“**CRI**” e “**Emissão**”, respectivamente) da **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), na categoria “S1”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01, CEP 04533-010, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 26.609.050/0001-64 e na JUCESP sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35300498119, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de Emissora das CCI (“**Emissora**”), declara que os CRI foram lastreados por créditos imobiliários oriundos do “*Termo de Emissão da* [**•**]*ª (*[**•**]*)* *Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em* [**•**] *Séries, para Colocação Privada, da* [**•**]” (“**Termo de Emissão**”), o qual foi utilizado como lastro para emissão das CCI, emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“**Lei 10.931**”).,

A Instituição Custodiante declara ainda que Escritura de Emissão de CCI e as CCI representativas dos créditos imobiliários foram entreguem para custódia, nos termos do artigo 18, §4º, da Lei nº 10.931 e artigos 33, I e 34 da Resolução CVM nº 60.

**[•]**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Por: Por:  
Cargo: Cargo:  
CPF/MF: CPF/MF:

ANEXO II — EMPREENDIMENTO ALVO

**[•]**

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÃO DA COMPANHIA SECURITIZADORA

A**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), na categoria “S1”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 26.609.050/0001-64 e na JUCESP sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35300498119, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de subscritora das Notas Comerciais (“**Emissora**”), para fins de atendimento ao previsto pelo inciso VIII do artigo 2º do Suplemento A à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor (“**Resolução CVM 60**”), na qualidade de Emissora dos certificados de recebíveis imobiliários da 52ª (quinquagésima segunda) Emissão, em Duas Séries, declara, que:

1. nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada (“**Lei 14.430**”) e do Artigo 2º, VIII, do Suplemento A à Resolução CVM 60, assegura que a constituição e instituição do Regime Fiduciário sobre Créditos Imobiliários;
2. nos termos do artigo 44 da Resolução CVM 60, verificou a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além de ter agido com diligência para assegurar a veracidade, consistência, correção e suficiência das suas informações prestadas no “*Termo de Emissão da 1ª (Primeira)* *Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Duas Séries, para Colocação Privada, da Vertka Enplan Engenharia Ltda.*”, celebrado entre a Emissora e a **[•]**, sociedade limitada, com sede na Rua [**•**], nº [**•**], [**•**]º andar, [completo**•**], Bairro [**•**], CEP [**•**], inscrita no CNPJ sob o nº [**•**], na qualidade de agente fiduciário e representando os interesses dos Titulares de CRI (“**Termo de Securitização**”);
3. as suas informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião da celebração deste Termo de Securitização, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante a Oferta, respectivamente, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
4. é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, visto que até o momento não é de seu conhecimento qualquer informação diferente da exposta nos Documentos da Operação.
5. As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta Declaração têm o significado previsto no Termo de Securitização.

São Paulo, [**•**] de [**•**] de [**•**].

**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Por: Por:  
Cargo: Cargo:

ANEXO IV — TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

*Os Titulares de CRI não devem considerar unicamente as informações aqui contidas para fins de avaliar o tratamento tributário de seu investimento em CRI, devendo consultar seus próprios assessores quanto à tributação específica à qual estarão sujeitos, especialmente quanto a outros tributos que não o imposto sobre a renda eventualmente aplicáveis a esse investimento ou a ganhos porventura auferidos em transações com CRI.*

*As informações contidas nesse Termo de Securitização levam em consideração as previsões da legislação e regulamentação aplicáveis às hipóteses vigentes nesta data, bem como a melhor interpretação a seu respeito neste momento, ressalvados entendimentos diversos e possíveis alterações na legislação e regulamentação.*

***Imposto sobre a Renda (IR)***

Como regra geral, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos e ganhos relativos a CRI é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A princípio, o tratamento fiscal dispensado aos rendimentos e ganhos produzidos pelos certificados de recebíveis imobiliários e auferidos por pessoas jurídicas não financeiras estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte, a ser calculado com base na aplicação de alíquotas regressivas definidas pela Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 (“**Lei 11.033**”), de acordo com o prazo do investimento gerador dos rendimentos tributáveis: **(i)** até 180 (cento e oitenta) dias: alíquota de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento); **(ii)** de 181 (cento e oitenta e um) a 360 (trezentos e sessenta) dias: alíquota de 20% (vinte por cento); **(iii)** de 361 (trezentos e sessenta e um) a 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento); e **(iv)** acima de 720 (setecentos e vinte) dias: alíquota de 15% (quinze por cento).

O IRRF, calculado às alíquotas regressivas acima mencionadas, pago por investidores pessoas jurídicas tributadas pelo lucro presumido, real ou arbitrado é considerado antecipação, gerando o direito à compensação do montante retido com o imposto de renda devido no encerramento de cada período de apuração (artigo 76, I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995 (“**Lei 8.981**”), e artigo 70, I da Instrução Normativa RFB nº 1.585, de 31 de agosto de 2015). O rendimento também deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Contudo, há regras específicas aplicáveis a cada tipo de investidor, conforme sua qualificação como pessoa física, pessoa jurídica, inclusive isenta, fundo de investimento, instituição financeira, seguradoras, por entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil ou investidor estrangeiro, residente ou domiciliado no exterior, inclusive em países com tributação favorecida.

Com relação aos investimentos em CRI realizados por instituições financeiras, fundos de investimento, seguradoras, por entidades de previdência privada fechadas, entidades de previdência complementar abertas, sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, há dispensa de retenção do IRRF e do pagamento em separado do imposto sobre a renda em relação aos ganhos líquidos auferidos (artigo 77, I, da Lei 8.981, artigo 71 da Instrução Normativa RFB nº 1585/2015 e artigo 859, inciso I, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018).

Não obstante a isenção de retenção na fonte, os rendimentos decorrentes de investimentos em CRI por essas entidades, via de regra, e à exceção dos fundos de investimento, serão tributados pelo IRPJ, à alíquota de 15% (quinze por cento) e adicional de 10% (dez por cento); e pela CSLL (a) no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das sociedades de capitalização, das distribuidoras de valores mobiliários, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimentos e imobiliário, administradoras de cartões de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e associações de poupança e empréstimo, à alíquota de 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022; (b) no caso das cooperativas de crédito, à alíquota de 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022; e, (c) no caso bancos de qualquer espécie, à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022 (Medida Provisória nº 1.034, de 1º de março de 2021 convertida na Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021). As carteiras de fundos de investimentos (exceto fundos imobiliários) estão, em regra, isentas de imposto de renda (artigo 28, § 10, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997).

Para as pessoas físicas, os rendimentos gerados por aplicação em CRI estão isentos de imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual com relação à remuneração produzida a partir de 1º de janeiro de 2005 (artigo 3°, inciso II, da Lei 11.033). Essa isenção, se estende ao ganho de capital auferido na alienação ou cessão deste ativo (parágrafo único do artigo 55 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015). Pessoas jurídicas isentas terão seus ganhos e rendimentos tributados exclusivamente na fonte, não sendo compensável de acordo com o previsto no artigo 76, inciso II, da Lei 8.981 e artigo 15, § 2º da Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997. As entidades imunes estão dispensadas da retenção do IRRF desde que declarem por escrito sua condição à fonte pagadora (artigo 71, da Lei 8.981, na redação dada pela Lei 9.065, de 20 de junho de 1995).

*Investidores Residentes ou Domiciliados no Exterior*

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento cabível em relação aos rendimentos e ganhos percebidos pelos residentes no País.

Há, contudo, um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos investidores não residentes cujos recursos entrem no país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 (“**Resolução CMN 4373**”)) e não sejam considerados residentes em país ou jurisdição com tributação favorecida (“**JTF**”), conforme definido pela legislação brasileira. Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros em operações de renda fixa estão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento).

A isenção do imposto de renda prevista para a remuneração produzida por certificados de recebíveis de agronegócio detidos por investidores pessoas físicas aplica-se aos investidores pessoas físicas residentes ou domiciliados no exterior, inclusive no caso de residentes domiciliados em países que não tributem a renda ou que a tributem por alíquota inferior a 20% (vinte por cento) (artigo 85, § 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.585, 31 de agosto de 2015).

Conceitualmente, são entendidos como JTF aqueles países ou jurisdições que não tributam a renda ou que a tributam à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do benefício efetivo de rendimentos atribuídos a não residentes. De todo modo, a despeito do conceito legal, no entender das autoridades fiscais são atualmente consideradas JTF os países ou dependências listadas no artigo 1º da Instrução Normativa RFB 1.037, de 04 de junho de 2010.

***Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)***

O PIS e a COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, considerando-se, a depender do regime aplicável, a totalidade das receitas por estas auferidas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas.

O total das receitas compreende a receita bruta da venda de bens e serviços nas operações em conta própria ou alheia e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica, ressalvadas algumas exceções, como as receitas não‐operacionais, decorrentes da venda de ativo não circulante, classificados nos grupos de investimento, imobilizado ou intangível (artigos 2º e 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 199, artigo 1º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e da Lei n° 10.833, de 29 de dezembro de 2003).

Os rendimentos em CRI auferidos por pessoas jurídicas não‐financeiras, sujeitas à tributação pelo PIS e COFINS na sistemática não‐cumulativa, por força do Decreto nº 8426, de 1 de abril de 2015, estão sujeitas à aplicação das alíquotas de 0,65% (zero inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) para PIS e 4% (quatro por cento) para COFINS, sobre receitas financeiras (como o seriam as receitas reconhecidas por conta dos rendimentos em CRI).

Se a pessoa jurídica for optante pela sistemática cumulativa, regra geral não haverá a incidência do PIS e da COFINS sobre os rendimentos em CRI, pois, nessa sistemática, a base de cálculo é a receita bruta, e não a totalidade das receitas auferidas.

Na hipótese de aplicação financeira em CRI realizada por instituições financeiras, sociedades de seguro, entidades de previdência e capitalização, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, à exceção dos fundos de investimento, os rendimentos poderão ser tributados pela COFINS, à alíquota de 4% (quatro por cento); e pelo PIS, à alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento).

Sobre os rendimentos auferidos por investidores pessoas físicas, não há incidência dos referidos tributos.

***Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)***

*Imposto sobre Operações Financeiras de Câmbio:*

Regra geral, as operações de câmbio relacionadas aos investimentos estrangeiros realizados nos mercados financeiros e de capitais de acordo com as normas e condições previstas pela Resolução CMN Resolução CMN 4373, inclusive por meio de operações simultâneas, incluindo as operações de câmbio relacionadas aos investimentos em CRI, estão sujeitas à incidência do IOF/Câmbio à alíquota zero no ingresso dos recursos no Brasil e à alíquota zero no retorno dos recursos ao exterior, conforme dispõe o Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após esta eventual alteração.

*Imposto sobre Operações Financeiras com Títulos e Valores Mobiliários:*

As operações com CRI estão sujeitas à alíquota zero do IOF/Títulos, conforme artigo 32, §º, inciso VI do Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Federal, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

ANEXO V — CRONOGRAMA INDICATIVO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOSO DA EMISSÃO

[•]

ANEXO VI — CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

**CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DOS CRI**

**[•]**

ANEXO VII – MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

AGENTE FIDUCIÁRIO CADASTRADO NA CVM

O Agente Fiduciário a seguir identificado:

|  |
| --- |
| Razão Social: **[•]**  Endereço: [**•**]  Cidade / Estado: [**•**]  CNPJ/MF nº: [**•**]  Representado neste ato por seu diretor estatutário: [**•**]  Número do Documento de Identidade: [**•**]  CPF nº: [**•**] |

da oferta pública do seguinte valor mobiliário:

|  |
| --- |
| Valor Mobiliário Objeto da Oferta: Certificados de Crédito Imobiliário (CRI)  Número da Emissão: [**•**]ª ([**•**])  Números das Séries: [**•**]  Emissor: Travessia Securitizadora S.A.  Quantidade: [**•**] ([**•**])  Espécie: N/A  Classe: Simples, Não Conversíveis em Ações  Forma: Nominativa e Escritural |

Declara, nos termos da Resolução CVM 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada, a não existência de situação de conflito de interesses que o impeça de exercer a função de agente fiduciário para a emissão acima indicada, e se compromete a comunicar, formal e imediatamente, à B3 (Segmento CETIP UTVM), a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar referida situação.

São Paulo, [**•**] de [**•**]de [**•**]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO VIII - OUTRAS EMISSÕES DA EMISSORA QUE O AGENTE FIDUCIÁRIO** **ATUA NESTA DATA**

[**•**]

ANEXO IX – MODELO DE DESTINAÇÃO DOS RECURSOS REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS

DECLARAÇÃO

A **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), na categoria “S1”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 26.609.050/0001-64 e na JUCESP sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35300498119, neste ato representada na forma do seu estatuto social, na qualidade de companhia securitizadora (“**Securitizadora**”), **DECLARA**, para todos os fins e efeitos, que as despesas a serem objeto de reembolso não estão vinculadas a qualquer outra emissão de CRI lastreado em créditos imobiliários na destinação. As palavras e expressões iniciadas em letra maiúscula que não sejam definidas nesta declaração terão o significado previsto no “*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em Duas Séries da* [**•**]*ª (*[**•**]*) Emissão da Travessia Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela* [**•**]*.*” (“**Termo de Securitização**”).

São Paulo, [**data**].

**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
Nome: Nome:Cargo: Cargo:

ANEXO X — MODELO DE MANIFESTAÇÃO – ADESÃO À OFERTA DE   
RESGATE ANTECIPADO DOS CRI

[Local], [data].

À  
**TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**

Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01,

CEP 04533-010

São Paulo – SP

At.: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

E-mail: ri@grupotravessia.com e operacoes@grupotravessia.com

Tel.: (11) 4115-8700

Ref.: Manifestação acerca da Oferta de Resgate Antecipado Obrigatório dos CRI da 52ª (Quinquagésima Segunda) Emissão da Travessia Securitizadora S.A.

Prezados,

Eu, [QUALIFICAÇÃO COMPLETA DO TITULAR DO CRI], [contato: telefone e e-mail], na qualidade de titular de certificados de recebíveis imobiliários (“**CRI**”) da [**•**]ª ([**•**]) Emissão,da **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.**, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”), na categoria “S1”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 41, 13º andar, Sala 01, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 26.609.050/0001-64 e na JUCESP sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35300498119 (“**Securitizadora**”), venho, por meio desta, me manifestar acerca da recompra facultativa dos Créditos Imobiliários proposta pela Devedora, conforme comunicado publicado pela Securitizadora e consequente resgate antecipado dos CRI de minha titularidade (“**Resgate Antecipado**”), conforme abaixo:

[ ] **SIM**, aceito o Resgate Antecipado de [quantidade] de CRI de minha titularidade.

[ ] **NÃO**, não aceito o Resgate Antecipado dos CRI de minha titularidade.

Atenciosamente,

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
[NOME/RAZÃO SOCIAL DO TITULAR DO CRI]**(reconhecer firma)

ANEXO XI - FATORES DE RISCO

[**•**]

ANEXO XII – DESPESAS

[**•**]

**Anexo XIII – BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| DATA: [•] | | | **BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS** [•] | | | | | | | Nº[•] | |
| Para os fins deste boletim de subscrição de certificados de recebíveis imobiliários (“**Boletim de Subscrição**”), adotam-se as definições constantes no “*Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários da* [**•**]*ª (*[**•**]*) Emissão, em* [**•**] *Séries da**Travessia Securitizadora S.A, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela* [**•**]*.“,* celebrado em [**•**] de [**•**] de 202[**•**], entre a Emissora e a [**•**]**.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de [**•**], Estado de [**•**], na [**•**], nº [**•**],[**•**]º andar, Bairro [**•**], CEP [**•**], inscrita no CNPJ sob o nº [**•**], neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“Agente Fiduciário” e “Termo de Securitização”). | | | | | | | | | | | |
| **EMISSORA** | | | | | | | | | | | |
| **TRAVESSIA SECURITIZADORA S.A.,** sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º Andar, sala 01, Itaim Bibi, CEP 04533-010, inscrita no CNPJ sob o nº 26.609.050/0001-64, com registro de companhia securitizadora perante a CVM, código 24082, categoria S1 (“**Emissora**”). | | | | | | | | | | | |
| **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO** | | | | | | | | | | | |
| **Local** | **Data de Emissão** | | **Data de Vencimento** | **Emissão** | | **Série** | | **Qtda.** | **Valor Nominal Unitário** | | **Valor Total da Emissão** |
| São Paulo, SP | [•]/[•]/[•] | | [•]/[•]/[•] | [**•**]ª | | [•] | | [•] | R$ 1.000,00 | | R$ [•] |
| **FORMA DE PAGAMENTO DOS CRI** | | | | | | | | | | | |
| **Amortização** | | | | | **Juros Remuneratórios** | | | | | | |
| Atualização Monetária | | | Forma de Pagamento | | Taxa | | | | | Forma de Pagamento | |
| Os CRI serão atualizados monetariamente, pela variação positiva do IPCA. | | | Conforme cronograma de pagamentos constante no anexo VI do Termo de Securitização. | | [•] | | | | | Conforme cronograma de pagamentos constante no anexo VI do Termo de Securitização. | |
| **OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO** | | | | | | | | | | | |
| Lastro: | | A totalidade dos créditos imobiliários oriundos do “*Instrumento Particular da* **[•]***ª (***[•]***) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em* **[•]** *Séries, para Colocação Privada da* **[•]**” (“Instrumento de Emissão” e “Notas Comerciais”), celebrado em **[•]** de **[•]** de 20**[•]**, entre a [**•**]**,** sociedade empresária limitada, com sede na cidade de [**•**], Estado de [**•**], na Avenida [**•**],[**•**], Bairro [**•**], CEP [**•**], devidamente inscrita no CNPJ sob o n° [**•**], na qualidade de emissora e a Securitizadora, na qualidade de subscritora das Notas Comerciais. | | | | | | | | | |
| Forma: | | Nominativa e Escritural. | | | | | | | | | |
| Agente Fiduciário: | | **[•]** qualificada acima. | | | | | | | | | |
| Data do Termo de Securitização: | | [•] de [•] de [•] | | | | | | | | | |
| Garantias: | | Os CRI não contarão com garantias, no entanto, os Créditos Imobiliários contam com as seguintes Garantias: (i) Aval; (ii) Alienação Fiduciária de Imóveis; (iii) Alienação Fiduciária de Participações Societárias; (iv) Cessão Fiduciária de Recebíveis; (v) Fundos; e (vi) Seguros. | | | | | | | | | |
| **QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR** | | | | | | | | | | | |
| Nome, ou Denominação Social: | | | | | | | CPF ou CNPJ: | | | | |
| {=} | | | | | | | {=} | | | | |
| Endereço: | | | | N.º | | | Complemento: | | | | |
| {=} | | | | {=} | | | {=} | | | | |
| Cidade: | | | | UF: | | | País: | | | | |
| {=} | | | | {=} | | | {=} | | | | |
|  | | | | | | | | | | | |
| **CRI SUBSCRITOS** | | | | | | | | | | | |
| Quantidade | | | Valor de Integralização por Unidade de CRI | | | | Valor Total a ser integralizado | | | | |
| {=} | | | R$ {=}, em {=} | | | | R$ {=}, em {=} | | | | |
| R$ {=}, em {=} | | | | R$ {=}, em {=} | | | | |
| R$ {=}, em {=} | | | | R$ {=}, em {=} | | | | |
| R$ {=}, em {=} | | | | R$ {=}, em {=} | | | | |
| R$ {=}, em {=} | | | | R$ {=}, em {=} | | | | |
| **FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO** | | | | | | | | | | | |
| [•] | | | | | | | | | | | |
| **ADESÃO AOS TERMOS E CONDIÇÕES** | | | | | | | | | | | |
| O Subscritor neste ato declara, para os devidos fins, que conhece, está de acordo e por isso adere a todas as disposições constantes deste Boletim de Subscrição e do Termo de Securitização, em caráter irrevogável e irretratável, referente à [**•**]ª Emissão, em [**•**] ([**•**]) séries de CRI da Emissora.  Os termos grafados em letra maiúscula neste Boletim de Subscrição e que não tenham sido de outra forma expressamente definidos, terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização.  **O Subscritor igualmente DECLARA que conhece, avaliou e ponderou os riscos envolvidos na subscrição dos CRI, incluindo, mas não se limitando, aos fatores de risco constantes do Termo de Securitização e no Sumário de Securitização**, o qual o Subscritor declara ter recebido e lido com a devida antecedência para avaliar e tomar a sua decisão de investimento nos CRI, a seu exclusivo critério, na qualidade de Investidor Profissional, de modo que não poderá imputar qualquer responsabilidade à Emissora e/ou ao Agente Fiduciário por qualquer perda, prejuízo, dano e/ou despesa que venha a sofrer em decorrência direta ou indireta da Oferta ou por força dos riscos envolvidos no investimento nos CRI.  O Subscritor, neste ato, declara ainda:   1. ter ciência de que, na forma do artigo 26 da Lei 14.430, a Emissora instituiu Regime Fiduciário sobre os Créditos Imobiliários e suas Garantias, incluindo a Conta Centralizadora, constituindo referidos Créditos Imobiliários lastro para a emissão dos CRI; 2. ter ciência de que os Créditos Imobiliários e suas Garantias, sob regime fiduciário, destacam-se do patrimônio comum da Emissora e constituem Patrimônio Separado, destinando-se especificamente à liquidação dos CRI, bem como ao pagamento dos respectivos custos de administração e obrigações fiscais; 3. ter ciência de que os Créditos Imobiliários e suas Garantias permanecerão separados do patrimônio comum da Emissora até que se complete o resgate de todos os CRI, somente respondendo, até tal evento, pelas obrigações inerentes aos referidos CRI; 4. ter ciência de que, na forma do artigo 27 da Lei n.º 14.430, os Créditos Imobiliários estão isentos de qualquer ação ou execução pelos credores da Emissora, não se prestando à constituição de garantias ou à excussão por quaisquer dos credores da Emissora, por mais privilegiados que sejam, ressalvando-se, no entanto, eventual entendimento pela aplicação do artigo 76 da Medida Provisória n.º 2.158-35/2001; 5. ter ciência da nomeação do Agente Fiduciário para atuar na Emissão, com a qual concorda; 6. ter ciência de que a Emissão foi originada e estruturada exclusivamente pela Emissora, sendo que a Emissora atuará na distribuição dos CRI, sem a contratação de instituição intermediária, nos termos do artigo 43 da Resolução CVM 60; 7. ter ciência de que a Emissora somente responderá por prejuízos ou por insuficiência do Patrimônio Separado em caso de descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do Patrimônio Separado; 8. que a presente subscrição de CRI não tem como objetivo ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal, nos termos da Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998, conforme alterada; 9. que, ao assinar este boletim, afirma a sua condição de investidor profissional, conforme definição constante no artigo 11 da Resolução CVM n.º 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 30” e “Investidor Profissional”, respectivamente); 10. que, sendo fundo de investimento, não recebe aplicação de recursos oriundos de regimes próprios de previdência social, instituídos pela União, Estados, Distrito, Federal e Municípios (“RPPS”), constituídos nos termos da Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, conforme alterada, uma vez que é vedado aos fundos de investimento que recebem recursos de RPPS aplicar, direta ou indiretamente, em ativos de emissão de companhias securitizadoras, nos termos da Resolução CMN 3.922, de 25 de novembro de 2010, conforme alterada; 11. ter ciência de que a Oferta foi objeto de registro automático pela CVM, nos termos da Resolução CVM 160, não tendo sido, portanto, objeto de análise prévia pela CVM; 12. ter ciência de que os CRI ofertados estão sujeitos às restrições de negociação previstas na Resolução CVM 160, e na cláusula 4.6 do Termo de Securitização; 13. estar ciente e concordar que os CRI serão registrados para: (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da B3; e (ii) negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3; 14. que fez sua própria análise, pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre: (i) a Emissora, na qualidade de emissora dos CRI, suas atividades e sua situação financeira; (ii) a Devedora e o Avalista (conforme definido no Termo de Securitização), na qualidade de tomadores dos recursos captados por meio dos CRI, suas atividades, capacidades de pagamento e suas situações financeiras; (iii) a carteira de Recebíveis, sua homogeneidade, qualidade e periodicidade; (iv) todos os riscos associados ao investimento nos CRI e quaisquer outras informações relevantes para sua tomada decisão de investimento nos CRI; e (v) a constituição, suficiência, qualidade e exequibilidade das Garantias oferecidas no âmbito da emissão dos CRI. Assim, considerando sua situação financeira e seus objetivos de investimento, tomou a decisão de prosseguir com a subscrição e integralização dos CRI. Para tanto, teve acesso a todas as informações que julgou necessárias à tomada da decisão de investimento nos CRI; 15. conhecer e estar de pleno acordo com todos os termos e condições dos CRI, conforme descritos no Termo de Securitização, bem como com os termos e condições dos demais documentos relativos à Oferta, os quais, em seu entendimento, são suficientes para a análise e decisão de investimento nos CRI; 16. ser capaz e ter conhecimento e experiência suficiente em finanças, análise de risco de crédito e negócios para avaliar os méritos, a qualidade, os riscos e a adequação do investimento nos CRI e, portanto, baseou-se exclusivamente em suas próprias fontes de informação e de análise de crédito para realização do investimento nos CRI; 17. possuir capacidade financeira para o investimento nos CRI, que é adequado ao seu nível de sofisticação e perfil de risco; 18. que avaliou de forma independente, com recursos internos ou com a contratação de um escritório de advocacia especializado, conforme o caso, os aspectos jurídicos relacionados aos CRI; 19. que teve acesso e analisou todos os relatórios mencionados no Termo de Securitização, quais sejam, a opinião legal da Oferta e o relatório de auditoria jurídica; 20. **que leu o Sumário de Securitização e o Termo de Securitização, estando de acordo, especialmente, com todos os fatores de risco previstos no Termo de Securitização**; 21. que tem pleno conhecimento de que a subscrição e integralização dos CRI constitui operação indicada somente para investidores capazes de entender e assumir os riscos envolvidos nesse tipo de operação; 22. que a opção de investimento nos CRI, considerando-se a sua revisão independente e os aconselhamentos profissionais que recebeu, deu-se com base no fato de que a subscrição ou aquisição dos CRI: (i) é plenamente compatível com suas necessidades financeiras, objetivos e condições de investimento; (ii) cumpre e é plenamente compatível com as políticas de investimento, diretrizes e restrições que lhe são aplicáveis; e (iii) é para si adequada e conveniente, apesar dos riscos inerentes aos CRI; 23. estar ciente de que o Termo de Securitização e os demais Documentos da Operação contém a totalidade das informações fornecidas pela Devedora e Garantidores à Emissora, e, nesse sentido, isenta a Emissora de qualquer reclamação que possa vir a ter quanto à adequação e suficiência de tais informações para a decisão de investimento nos CRI; 24. que não foi procurado pela Emissora por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, tendo sido informado pela Emissora do caráter reservado das informações disponibilizadas; 25. ter pleno conhecimento de que a Emissora não atuou como consultor financeiro, jurídico ou agente em relação à Oferta e à subscrição ou aquisição dos CRI; 26. ter pleno conhecimento de que a participação da Emissora não implica, por parte da Emissora: (i) recomendação de investimento nos CRI; (ii) julgamento sobre a qualidade dos Créditos Imobiliários, da Emissora, da Devedora e/ou dos Garantidores, suas subsidiárias, controladas e coligadas, inclusive em relação à sua capacidade de pagamento; (iii) qualquer garantia com relação às expectativas de retorno do investimento e/ou do valor principal investido nos CRI; e (iv) qualquer garantia em relação às informações constantes nesta declaração; 27. saber que não serão celebrados contratos de estabilização de preços e/ou de garantia de liquidez para os CRI; 28. que é capaz de suportar os riscos econômicos e eventual perda de todo ou parte de seu investimento nos CRI; 29. isentar de forma ampla, irrevogável e irretratável, a Emissora de qualquer responsabilidade por qualquer perda, prejuízo, dano e/ou despesa que venha a sofrer em decorrência direta ou indireta dos investimentos nos CRI, reconhecendo que não tem qualquer direito de regresso contra a Emissora; 30. ter plena ciência do relacionamento comercial mantido entre a Emissora e desta com a Devedora e os Garantidores, e que a Emissora foi remunerada pela Devedora pelos serviços prestados em relação à Oferta, conforme definido no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação; 31. que no caso de pessoas jurídicas, a aquisição dos CRI e a celebração e entrega desta declaração foi devidamente autorizada por seus representantes legais e nos termos de seu contrato ou estatuto social; e 32. (a) ter ciência de que foi dispensada divulgação de um prospecto para a realização da Oferta; (b) ter ciência de que a CVM não realizou análise dos documentos da Oferta nem de seus termos e condições; (iii) ter ciência de que existem restrições para a revenda dos CRI, nos termos do Capítulo VII da Resolução CVM 160; (iv) ter ciência de que existem restrições de colocação para Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta; (v) que efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos dos CRI e capacidade de pagamento da Devedora; (vi) que optou por realizar o investimento nos CRI exclusivamente com base em informações públicas referentes aos CRI e à Emissora.   As Partes reconhecem a forma de contratação por meio eletrônicos, digitais e informáticos como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial, para todos os fins de direito, este instrumento, bem como quaisquer aditivos, devendo, em quaisquer hipóteses, as assinaturas serem realizadas com certificado digital, nos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasilei–a - ICP-Brasil, conforme disposto no artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil. Para este fim, serão utilizados serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança da assinatura digital por meio da sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade. Dessa forma, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa) de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento.  Ainda, independentemente da data de conclusão do processo de assinatura eletrônica deste instrumento por todos os seus signatários, as Partes reconhecem este instrumento como legal, válida, eficaz, vinculante e exequível, assim como todos os termos, condições e obrigações nela previstos, de modo que ficam ratificados pelas Partes todos os atos realizados pelas respectivas Partes no âmbito deste instrumento, bem como os demais efeitos produzidos por este instrumento desde a data indicada ao final deste instrumento.  Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas deste Boletim de Subscrição, com renúncia expressa a qualquer foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.  E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes assinam o presente instrumento, em 1 (uma) via eletrônica, obrigando-se por si, herdeiros e sucessores a qualquer título, sendo dispensada a assinatura por testemunhas na forma do artigo 784, parágrafo 4º do Código de Processo Civil.  São Paulo, [•] de [•] de [•].  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **[•]** *Subscritor, r*epresentado por:  Nome:  Cargo:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  **Travessia Securitizadora S.A**  *Emissora, representada por:*  Nome:  Cargo: | | | | | | | | | | | |